



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 10 | outubro 2017



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: outubro de 2017

Elaborado com informação disponível até ao dia 30 de outubro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-077 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823397

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

ISSN: 1747-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
Comércio internacional de mercadorias de Portugal com o Brasil - 2012 a 2016 e 1.º semestre de 2017	35
Investimento Direto Estrangeiro durante a crise	43
Iniciativas e Medidas Legislativas	55
Lista de Acrónimos	61

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No conjunto dos meses de julho e agosto de 2017, a produção industrial mundial aumentou para 3,7% em termos homólogos (igual ao 2.º trimestre). Mas, enquanto a produção das economias avançadas melhorou ligeiramente; a dos países emergentes (especialmente asiáticos) desacelerou, também de forma ligeira. Quanto ao comércio mundial de mercadorias, este apresentou um crescimento mais forte associado sobretudo ao maior dinamismo das trocas comerciais dos países emergentes.
- * No 3.º trimestre de 2017, o PIB dos EUA aumentou para 2,3% em termos homólogos reais (2,2% no trimestre precedente) refletindo um crescimento mais elevado do investimento privado do segmento não residencial e a manutenção de um crescimento robusto do consumo privado em linha com um desenvolvimento favorável do mercado de trabalho. Contudo, as exportações desaceleraram e a produção industrial abrandou, refletindo os efeitos de condições climáticas adversas (furacões). No mesmo período, o PIB do Reino Unido manteve um crescimento de 1,5% em termos homólogos reais e o da China desacelerou para 6,8% (6,9% no 1.º semestre de 2017) devido a um crescimento menos forte da procura interna e a um abrandamento das exportações de bens.
- * No 3.º trimestre de 2017, o indicador de sentimento económico continuou a subir tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), abrangendo uma melhoria da generalidade dos indicadores de confiança. E, ainda, de acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de setembro de 2017, o PIB trimestral em cadeia da área do euro aumentou, pelo 4.º mês consecutivo (+0,6%, no 2.º trimestre). Em agosto de 2017, a taxa de desemprego diminuiu para 7,6% na UE (7,7% em julho); enquanto estabilizou nos 9,1% para a AE, representando, no entanto, uma quebra homóloga de 0,9 e de 0,8 p.p., respetivamente, em ambas as zonas. Em setembro de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro manteve-se em 1,5%, a qual resultou de uma subida dos preços de bens alimentares não transformados, compensada por uma descida dos preços de energia. Relativamente à taxa de inflação subjacente homóloga, esta também estabilizou, situando-se em 1,3% em setembro de 2017. Em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação aumentou para 1,4% em setembro de 2017 (a taxa mais elevada desde dezembro de 2013).
- * Em outubro de 2017 e, até ao dia 27, o preço *spot* do petróleo Brent, continuou a aumentar, para se situar, em média, em 57 USD/bbl (49€/bbl) refletindo uma descida da oferta dos países produtores de petróleo e o aumento das tensões políticas na Turquia e Curdistão iraquiano.
- * As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se estáveis em outubro de 2017 para a área do euro, em -0,33%, em média, até ao dia 27; enquanto prosseguiram o seu movimento ascendente para os EUA, ascendendo, a 1,36% (1,32%, em média, em setembro).
- * O BCE, na reunião de 26 de outubro de 2017, definiu as orientações de política monetária para 2018, tendo decidido, no domínio das medidas não convencionais, a diminuição de compras líquidas de ativos para 30 mil milhões de euros, a partir de janeiro e até setembro (atualmente de 60 mil milhões de euros). Também, permaneceram inalteradas as taxas de juro das operações principais de refinanciamento (em 0,0%), bem como as taxas de juro relativas à facilidade permanente de cedência de liquidez (em 0,25%) e à facilidade permanente de depósito (em -0,40%). Este conjunto de medidas contribuiu para a depreciação significativa do euro face ao dólar, o qual se situou em 1,16 a 27 de outubro de 2017 (o valor mais baixo desde meados de julho último).

Conjuntura Nacional

- * Segundo os dados publicados pelo INE para o mês de setembro, observou-se uma estabilização no indicador de clima económico quando comparado com o mês anterior, apresentando uma desaceleração da evolução positiva registada ao longo deste ano.
- * No 3.º trimestre de 2017, o índice de confiança dos consumidores deteriorou-se ligeiramente quando comparado com o trimestre terminado em junho. Já os indicadores qualitativos dos empresários exibiram um comportamento misto em igual período.
- * O Indicador de investimento do INE referente a Máquinas e Equipamentos registou um crescimento homólogo de 8,7% no trimestre terminado em agosto, o que representa uma diminuição de 4 p.p. face ao 2.º trimestre de 2017.
- * O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em termos médios homólogos, 3,8% em julho e agosto, desacelerando 1,2 p.p. face ao 2.º trimestre.
- * As estimativas do INE apontam para que a taxa de desemprego, em agosto, se tenha fixado nos 8,9%, enquanto o emprego cresceu 2,7%. O número de desempregados registados, nos centros de emprego no final de setembro caiu 16,3%, enquanto as ofertas ao longo do 3.º trimestre aumentaram 3,7%.
- * Em setembro de 2017, a variação homóloga do IPC fixou-se em 1,4%, 0,3 p.p. acima do valor de agosto, enquanto o IHPC cresceu 1,6% (1,3% em maio). Já o IPPI cresceu 2,7%, 1,5% se for excluído o agrupamento da energia.
- * Até agosto de 2017, o saldo acumulado da balança corrente foi de +340 milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 340 milhões de euros em termos homólogos.
- * A execução orçamental das Administrações Públicas traduziu-se, no final de setembro, num saldo global negativo de 569 milhões de euros. Este valor representa uma melhoria de 2.290 milhões de euros em relação ao registado no mês homólogo do ano anterior¹ e tem na sua origem num crescimento da receita efetiva (4,1%) claramente superior ao aumento concomitante da despesa efetiva² (0,1%). O saldo primário cifrou-se, por sua vez, num excedente de 5.559 milhões de euros.
- * Para este resultado da execução orçamental das Administrações Públicas foi determinante o subsector da Administração Central, com um saldo global negativo de 2.638 milhões de euros. A Administração Regional apurou, também, um défice de 145 milhões de euros, enquanto os restantes subsectores revelaram saldos globais positivos: a Segurança Social com 1.663 milhões de euros e a Administração Local com 551 milhões de euros.
- * A dívida bruta do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) atingiu em agosto o montante de 250.388 milhões de euros (mais 0,5% do que no mês anterior), enquanto a dívida líquida, por via do aumento dos depósitos detidos pela Administração Central (mais 15,9% relativamente ao mês anterior) fixou-se em 228.449 milhões de euros, o que representa uma redução de 1.667 milhões de euros face ao mês anterior.
- * A dívida direta do Estado registou, no final de setembro, uma ligeira redução relativamente ao mês anterior (menos 362 milhões de euros), fixando-se em 245.274 milhões de euros.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados³ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 11,5% nos primeiros oito meses de 2017. Neste mesmo período, as importações aumentaram 14,1%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 26,1%, no valor de 1 828 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 80,4%, nos -1,9 p.p. que em igual período de 2016.
- * Nos primeiros oito meses de 2017, o crescimento das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos (9,7%), foi inferior ao crescimento homólogo das exportações totais. As importações registaram um crescimento (11,5%) superior ao crescimento das exportações, em termos homólogos, o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 22,1%.
- * No último ano a terminar em agosto de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 9,4% em termos homólogos, com todos os grupos a contribuírem positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (1,9 p.p.), dos “Energéticos” (1,8 p.p.), dos “Agroalimentares”, “Químicos” e “Minérios e metais” com contributos de 1,1 p.p.. Nos primeiros oito meses de 2017, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (2,3 p.p.), seguido das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (2 p.p.), dos “Agroalimentares”, dos “Minérios e Metais” (ambos com 1,4 p.p.) e dos “Químicos” (1,3 p.p.).
- * De janeiro a agosto de 2017, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 8,2 % e contribuíram em 6,3 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram um crescimento, em termos homólogos, de 7,9% e as exportações para os países do Alargamento 13,8%, tendo contribuído 5,7 p.p. e 0,5 p.p. para o crescimento do total das exportações, respetivamente. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,3% do total de janeiro a agosto de 2017), registaram o maior contributo Intra UE-15 (1,9 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a França (0,9 p.p.), para a Alemanha e Países Baixos (ambos com 0,7 p.p., respetivamente).
- * Nos primeiros oito meses de 2017, as exportações para os Países Terceiros representam 26% do total das exportações nacionais (2,2 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Brasil que cresceram 51%, Angola (44,4%), China (29,7%) e EUA (22,9%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de agosto de 2017, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 11,9% nos primeiros oito meses de 2017. A componente de Serviços registou um melhor desempenho relativamente à dos Bens (13,3% e 11,1%, respetivamente), com a componente de Bens a ser responsável pelo maior contributo para o crescimento do total das exportações (7,2 p.p.).

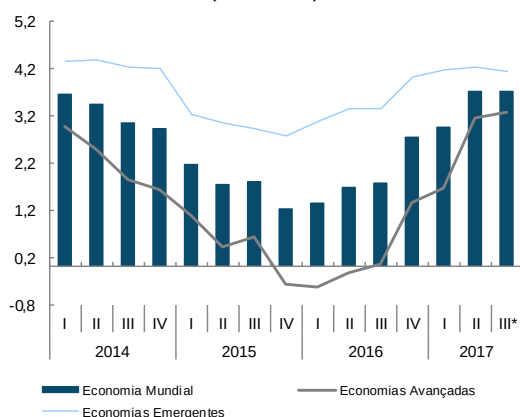
³ Resultados mensais preliminares de janeiro a agosto de 2017.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No conjunto dos meses de julho e agosto de 2017, a produção industrial mundial aumentou para 3,7% em termos homólogos (igual ao 2.º trimestre). Mas, enquanto a produção das economias avançadas melhorou ligeiramente; a dos países emergentes desacelerou de forma ligeira (especialmente asiáticos).

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



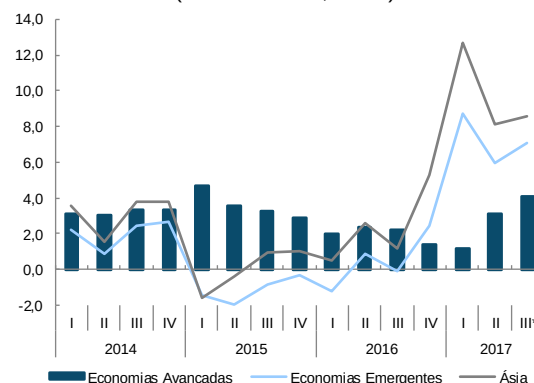
Fonte: CPB. * Média de julho e agosto.

Quanto ao comércio mundial de mercadorias, este apresentou um crescimento mais forte associado sobretudo à melhoria das importações mundiais.

De facto, no conjunto dos meses de julho e agosto de 2017 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou para 5,1% (4,3% no 2.º trimestre);
- as importações e exportações mundiais reforçaram o seu crescimento para 5,3% e 4,9%, respetivamente (4,3% e 4,2%, respetivamente, no segundo trimestre de 2017).

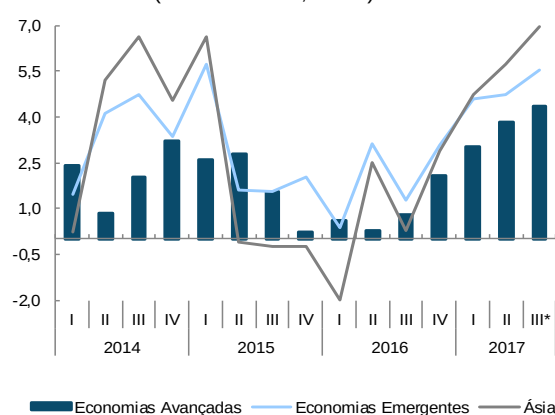
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de julho e agosto.

Os dados disponíveis para o 3.º trimestre de 2017 indicam um reforço das trocas comerciais tanto das economias avançadas como dos países emergentes; destacando-se, no entanto, um maior dinamismo para os últimos.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de julho e agosto.

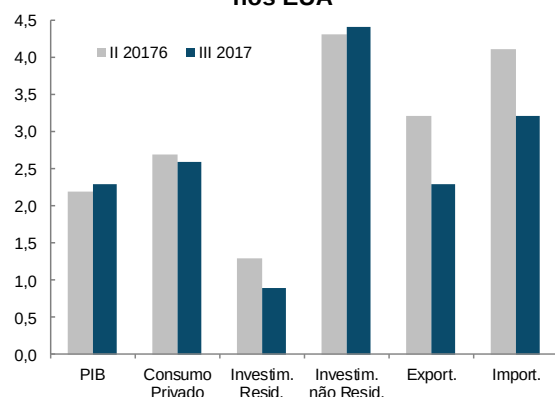
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017			
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	19	17	18	2,7	3,0	3,7	4,0	3,8	3,7	3,8
Economias Avançadas	VH	CPB	0,2	-0,1	0,0	1,3	1,7	3,2	3,6	3,2	3,4	3,2
Economias Emergentes	VH	CPB	3,5	3,4	3,4	4,0	4,2	4,2	4,3	4,4	4,0	4,3
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	14	17	12	2,2	4,0	4,3	5,6	4,3	5,4	4,7
Importações Mundiais	VH	CPB	14	18	13	18	4,2	4,3	6,0	3,7	5,7	4,8
Economias Avançadas	VH	CPB	2,0	2,4	2,3	14	12	3,1	5,5	2,2	4,2	3,9
Economias Emergentes	VH	CPB	0,5	0,9	-0,1	2,5	8,7	6,0	6,7	5,9	8,0	6,2
Exportações Mundiais	VH	CPB	14	15	10	2,5	3,7	4,2	5,2	4,8	5,1	4,6
Economias Avançadas	VH	CPB	0,9	0,3	0,8	2,1	3,0	3,8	5,7	4,4	4,6	4,1
Economias Emergentes	VH	CPB	2,0	3,1	1,3	3,1	4,6	4,7	4,6	5,3	5,8	5,3

Atividade Económica Extra-UE

No 3.º trimestre de 2017, o PIB dos EUA reforçou o seu crescimento; enquanto o do Reino Unido manteve-se em 1,5%. No conjunto dos meses de julho e agosto de 2018, a taxa de inflação homóloga estabilizou em torno de 2,1% para as economias avançadas; enquanto tornou-se mais fraca para a generalidade dos países emergentes (Brasil, Rússia e África do Sul).

Figura 1.4. PIB e componentes da Despesa em volume nos EUA



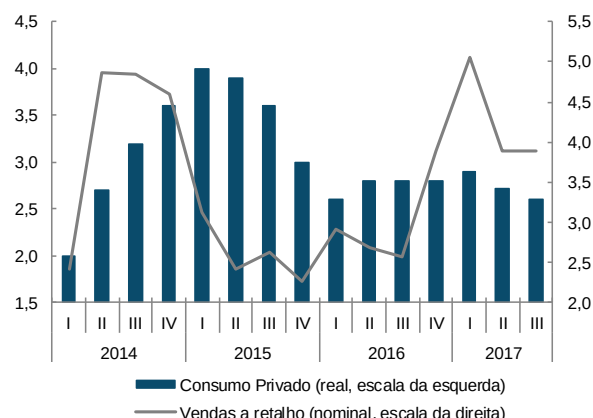
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 3.º trimestre de 2017, o PIB dos **EUA** aumentou para 2,3% em termos homólogos reais (2,2% no 2.º trimestre) refletindo sobretudo um crescimento mais elevado do investimento privado no segmento não residencial. O consumo privado teve um crescimento mais moderado, embora continuando robusto (2,6%); enquanto as exportações desaceleraram para 2,3% (3,2% no 2.º trimestre).

No mesmo período, a produção industrial abrandou associado aos impactos climáticos adversos, mas a taxa de desemprego continuou a diminuir, tendo descido para 4,3% (4,4% no 2.º trimestre).

Para além disso, a taxa de inflação homóloga situou-se em 2% no 3.º trimestre de 2017, sensivelmente igual ao período precedente.

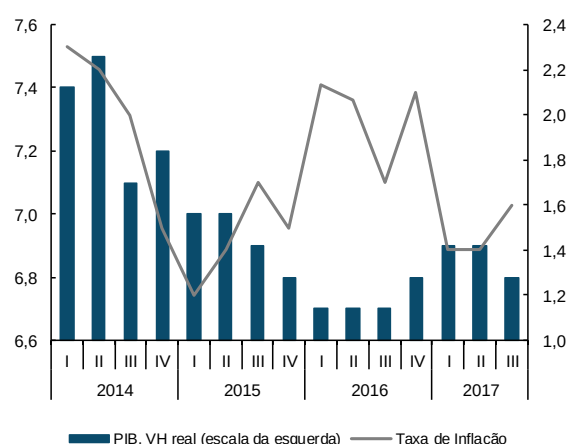
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Census Bureau.

No 3.º trimestre de 2017, o PIB da **China** desacelerou ligeiramente para 6,8% em termos homólogos reais (6,9% no trimestre precedente), devido a uma procura interna menos dinâmica e a um abrandamento das exportações de bens. A taxa de inflação homóloga manteve-se fraca, apesar de um leve aumento para 1,6% (1,4% no 2.º trimestre).

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

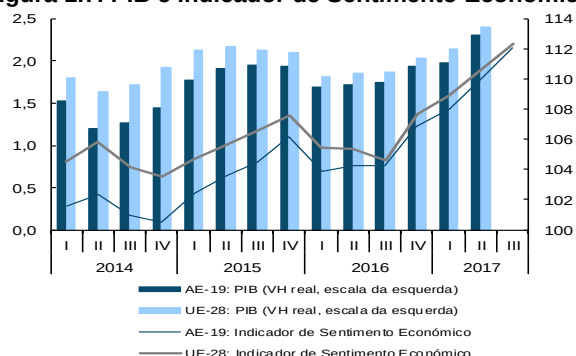
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
EUA – PIB real	VH	BEA	15	15	18	2,0	2,2	2,3	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-12	-12	-0,1	0,6	2,1	15	2,0	18	11	16
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	515	512	53,2	57,0	55,8	58,6	57,8	56,3	58,8	60,8
Índice ISM dos Serviços	%	"	58,1	57,1	60,1	60,9	61,3	58,2	60,8	55,9	57,5	61,3
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	918	90,3	93,1	97,2	96,4	95,1	95,1	93,4	96,8	95,1
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,9	4,9	4,7	4,7	4,4	4,3	4,4	4,3	4,4	4,2
China – PIB real	VH	NBSC	6,7	6,7	6,8	6,9	6,9	6,8	-	-	-	-
Exportações	VH	OMC	-7,7	-6,9	-5,3	7,0	8,6	6,8	10,9	6,8	5,6	8,1
Japão – PIB real	VH	COGJ	10	10	17	14	16	:	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 3.º trimestre de 2017, o indicador de sentimento económico continuou a evoluir no sentido crescente tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), abrangendo uma melhoria da generalidade dos indicadores de confiança. E, ainda, de acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de setembro de 2017, o PIB trimestral em cadeia da área do euro aumentou, pelo 4.º mês consecutivo (+0,6%, no 2.º trimestre).

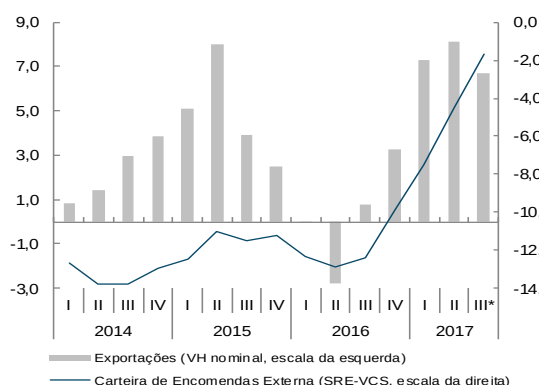
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro, no conjunto dos meses de julho e agosto de 2017, indicam um fortalecimento da produção industrial e um abrandamento quer das vendas a retalho, quer das exportações de bens, embora estas últimas tenham mantido um forte crescimento em termos homólogos nominais (de 8,1% no 2.º trimestre, para 6,7%).

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro

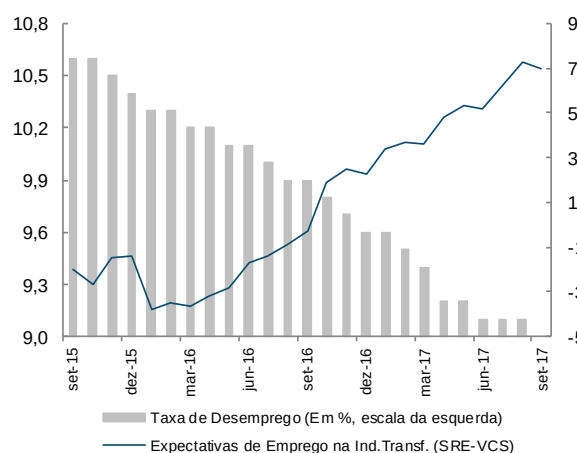


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/Exportações, média de julho e agosto.

Em agosto de 2017, a taxa de desemprego diminuiu para 7,6% na UE (7,7% em julho); enquanto estabilizou nos 9,1% para a AE, representando, no entanto, uma quebra homóloga de 0,9 e de 0,8 p.p., respetivamente, em ambas as zonas.

Em setembro de 2017, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os serviços e especialmente para a construção; enquanto pioraram para os sectores da indústria transformadora e comércio a retalho.

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em setembro de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro manteve-se em 1,5%, a qual resultou de uma subida dos preços de bens alimentares não transformados, compensada por uma descida dos preços de energia. Relativamente à taxa de inflação subjacente, esta também estabilizou em termos homólogos, situando-se em 1,3% em setembro de 2017.

Em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação aumentou para 1,4% em setembro de 2017 (a taxa mais elevada desde dezembro de 2013).

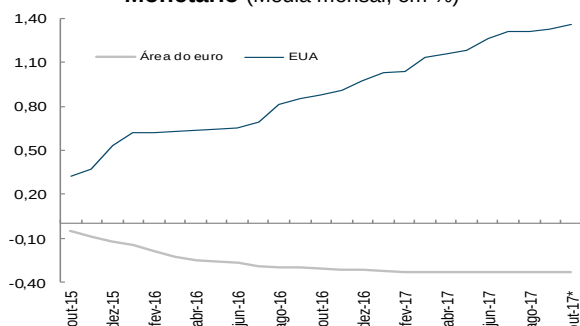
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	19	19	2,0	2,1	2,4	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	105,7	104,6	107,7	108,9	110,6	112,4	111,3	112,2	111,9	113,0
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	18	17	19	2,0	2,3	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	104,8	104,2	106,9	108,0	110,0	112,1	111,1	111,3	111,9	113,0
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	15	12	2,1	14	2,6	:	2,7	3,7	3,5	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	15	12	2,4	2,2	2,9	:	3,2	2,4	1,9	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,0	9,9	9,7	9,5	9,2	:	9,1	9,1	9,1	:
IHPC	VH	"	0,2	0,3	0,7	18	15	14	13	13	15	15

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em outubro de 2017, as taxas de juro de curto prazo para a área do euro mantiveram-se estáveis, situando-se em -0,33%, em média, até ao dia 27, em linha com a decisão do Conselho do BCE, na reunião do dia 26, em manter as taxas de juro inalteradas. Já para os EUA, estas prosseguiram o seu movimento ascendente para 1,36% (a taxa mais alta desde o início de 2009).

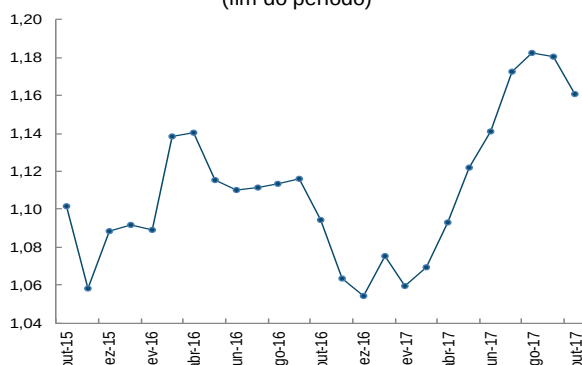
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 27.

Em setembro de 2017, as taxas de juro de longo prazo subiram para a área do euro; enquanto mantiveram relativamente estáveis nos EUA. No caso da área do euro, os diferenciais entre as taxas de rentabilidade dos países periféricos e as da Alemanha reduziram-se, tendo esta descida sido particularmente significativa para Portugal, devido sobretudo à melhoria do rating atribuído a este país por parte da *Standard & Poor's*.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para outubro, o valor é do dia 27.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,32	-0,30	-0,32	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	1,84	1,56	2,13	2,44	2,26	2,24	2,19	2,31	2,21	2,20
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	0,93	0,66	1,10	1,41	1,17	1,12	1,07	1,21	1,04	1,12
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1054	1,116	1054	1069	1,141	1,181	1,141	1,173	1,183	1,181
Dow Jones*	VC	Yahoo	13,4	2,1	7,9	4,6	3,3	4,9	1,6	2,5	0,3	2,1
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	0,7	4,8	9,6	6,4	-1,7	4,4	-3,2	0,2	-0,8	5,1
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	45,06	46,97	51,16	54,69	50,92	52,19	47,55	49,15	51,89	55,51
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-16,0	-8,3	14,3	55,7	8,44	11,1	-4,7	5,8	10,1	17,4
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-15,8	-8,7	16,1	60,9	11,4	5,6	-4,8	1,7	4,6	10,4
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	34,3	36,4	40,7	45,0	40,7	38,8	38,1	35,9	39,3	41,1

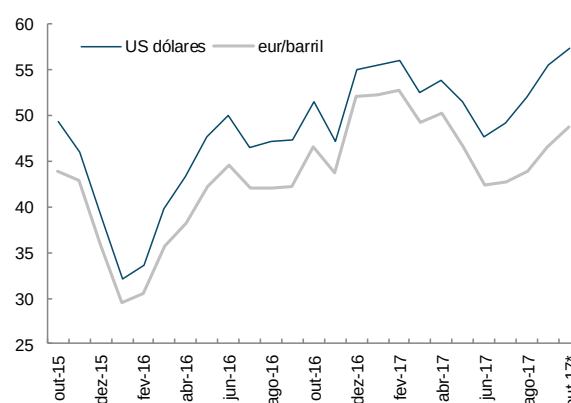
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflator do PIB em Portugal.

Em outubro de 2017, o euro depreciou-se de forma pronunciada face à generalidade das moedas, invertendo a tendência dos últimos meses, tendo no dia 27, atingido 1,16 em relação ao dólar (o valor mais baixo desde meados de julho). Este movimento de desvalorização foi influenciado pelas orientações de política monetária para 2018 na reunião do Conselho do BCE do dia 26 do corrente mês, na qual foi definido a retirada gradual dos estímulos monetários inseridos no programa de *quantitative easing* ao longo do próximo ano.

Em setembro de 2017, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado tornou a subir para 41,1 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

Em outubro de 2017 e, até ao dia 27, o preço do petróleo *Brent*, continuou a aumentar, para se situar, em 57 USD/bbl (49 €/bbl) refletindo uma descida da produção por parte dos países produtores de petróleo e o aumento das tensões políticas na Turquia e Curdistão iraquiano, provocando o receio de bloqueio dos oleodutos.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



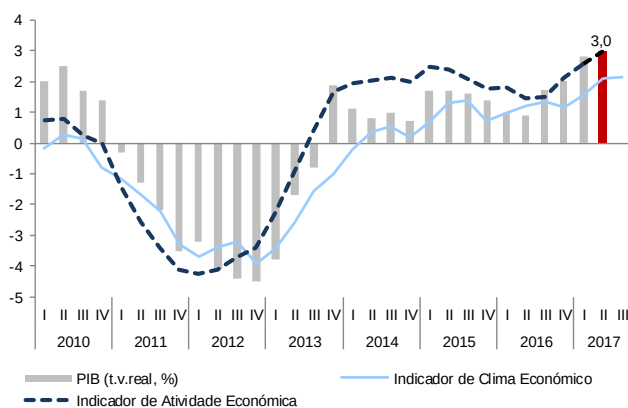
Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 27.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

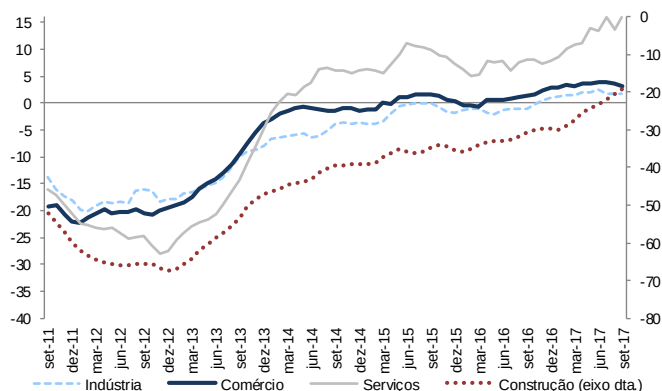
Segundo os dados publicados pelo INE para o mês de setembro, observou-se uma estabilização no indicador de clima económico quando comparado com o mês anterior, apresentando uma desaceleração da evolução positiva registada ao longo deste ano.

Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



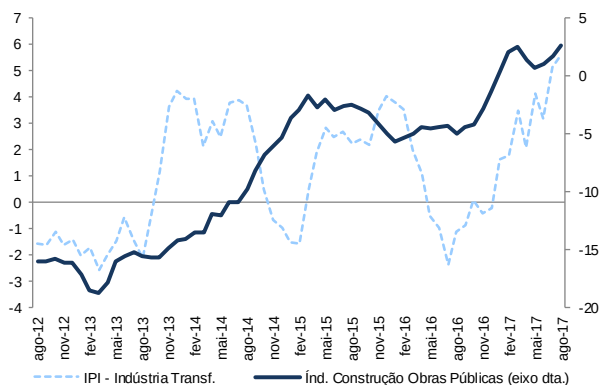
No 3.º trimestre do ano, registou-se uma melhoria nos indicadores de confiança referentes aos sectores da construção e serviços, contrastando com o ligeiro recuo observado no comércio e indústria.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



No trimestre terminado em agosto de 2017, o indicador de atividade económica do INE apresentou uma taxa de crescimento homólogo de 3,1%, que compara com 3% no trimestre terminado em julho.

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



Os dados quantitativos disponíveis relativos ao mês de agosto mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o Índice de Produção registou um aumento de 5,6% e o Índice de Volume de Negócios apresentou uma variação de 6,9% (5,1% e 7,5% no mês precedente);
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou um crescimento de 2,6% (que compara com 1,7% em julho);
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços cresceu 5,7% face ao período homólogo (ritmo 0,4 p.p. inferior a julho);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 4,2%, porém inferior em 0,7 p.p. face ao mês precedente.

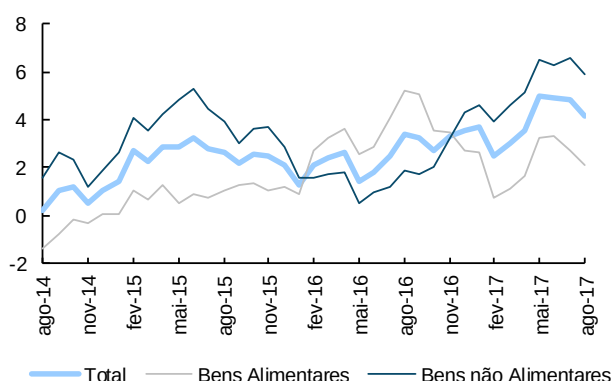
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017				
				3T	4T	1T	2T	3T	mai	jun	jul	ago	set
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	14	18	2,2	2,8	3,0	:	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	12	14	12	16	2,1	2,1	2,0	2,1	2,2	2,1	2,1
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-0,6	-10	10	14	2,4	18	12	2,4	15	0,9	3,0
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	11	15	2,9	3,1	3,9	3,2	3,7	3,9	4,4	2,3	3,0
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	7,3	8,1	7,7	10,9	13,5	16,0	20,0	10,2	17,4	13,1	17,6
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-318	-30,9	-29,7	-27,4	-23,0	-19,2	-23,2	-22,0	-20,5	-19,2	-18,0
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	2,7	-0,9	-0,2	3,5	3,2	:	7,3	3,1	5,1	8,7	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	14	0,8	7,1	9,2	5,2	:	11,6	4,8	6,4	9,4	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2,3	11	7,1	5,1	6,9	:	7,0	5,4	6,0	5,8	:

Consumo Privado

Nos meses de junho e julho, o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou um crescimento médio homólogo de 3,8%, menos 1,2 p.p. do que no segundo trimestre. A desaceleração decorre essencialmente da componente alimentar, a qual desacelerou 2 p.p. (crescendo 1,3%), enquanto a componente não alimentar foi mais dinâmica, expandindo 5,9% (6,3% no segundo trimestre).

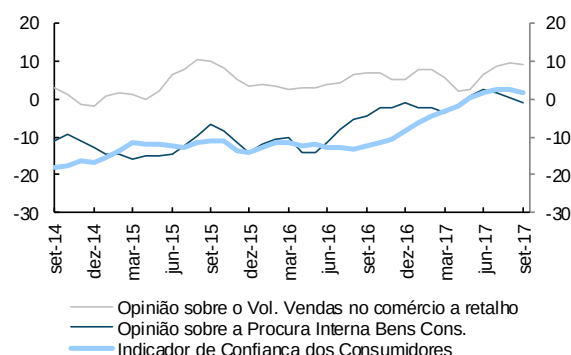
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3,VH)



Fonte: INE.

O terceiro trimestre de 2017 ficou marcado por uma evolução mista dos indicadores qualitativos de opinião dos empresários. Com o efeito, quando comparado com o segundo trimestre, o indicador de opinião relativo ao volume de vendas no comércio a retalho evoluiu positivamente, contrastando com a tendência do indicador de opinião relativo à procura interna de bens de consumo. Em igual período, o índice de confiança dos consumidores agravou-se ligeiramente, tendência partilhada pela opinião destes relativamente à aquisição de bens duradouros.

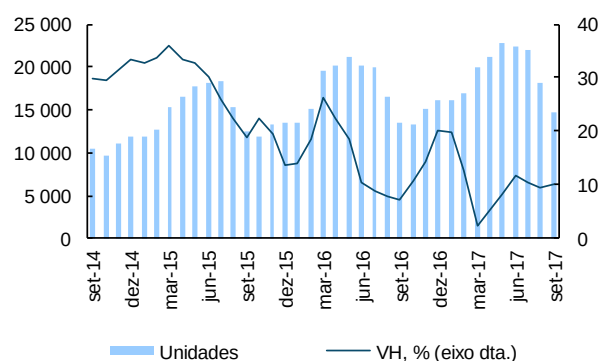
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No terceiro trimestre do ano foram vendidos 44 369 veículos ligeiros de passageiros, um aumento de 10,1% em termos homólogos (11,8% no trimestre terminado em junho). Considerando o conjunto dos nove primeiros meses, o aumento fixa-se nos 7,9%, menos 8,2 p.p. do que em 2016.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017				
				3T	4T	1T	2T	3T	mai	jun	jul	ago	set
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,1	2,0	2,9	2,3	1,9	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-11,1	-12,4	-8,2	-3,4	1,7	1,5	1,7	3,1	2,8	1,1	0,7
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	4,6	6,8	5,1	5,4	6,4	8,9	7,0	9,0	9,6	9,5	7,8
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	2,7	3,2	3,6	3,0	4,9	:	5,6	4,9	4,1	3,5	:
Bens Alimentares	VH	"	3,5	5,1	2,7	1,1	3,3	:	3,3	3,8	1,2	1,4	:
Bens não alimentares	VH	"	2,1	1,7	4,3	4,6	6,3	:	7,5	5,9	6,5	5,2	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	16,1	7,2	20,3	2,5	11,8	10,1	13,4	6,3	12,4	11,5	6,4
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	5,4	6,5	6,1	8,3	8,2	:	15,4	5,8	5,6	4,6	:

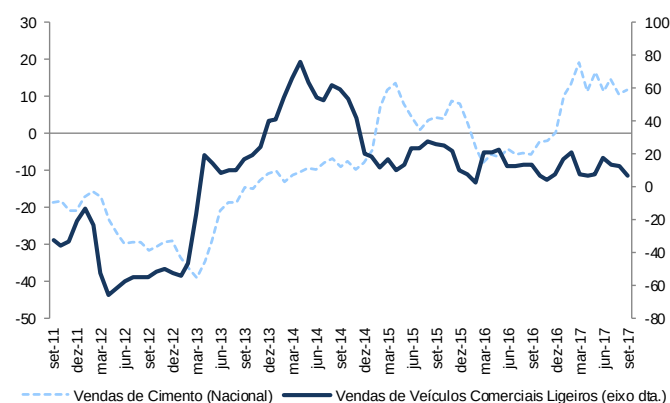
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no 3.º trimestre de 2017, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros aumentaram 6,6% (-10,7 p.p. face ao 2.º trimestre) acompanhadas pela forte variação na venda de veículos comerciais pesados (+40,5%), superior em 35,1 p.p. face ao 2.º trimestre de 2017;
- as vendas de cimento registaram uma variação de 11,7% (11,5% no final trimestre anterior).

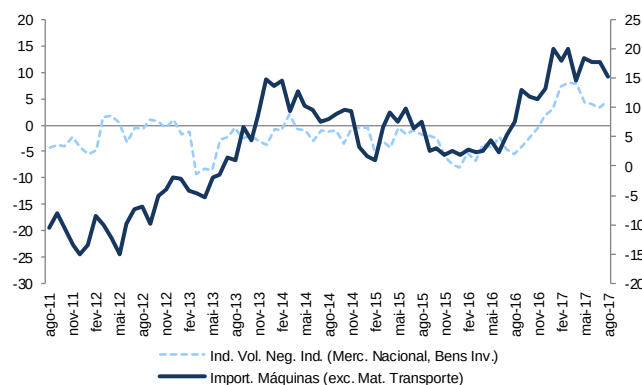
Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

O Indicador de investimento do INE referente a Máquinas e Equipamentos registou um crescimento homólogo de 8,7% no trimestre terminado em agosto, o que representa uma diminuição de 4 p.p. face ao 2.º trimestre de 2017.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)

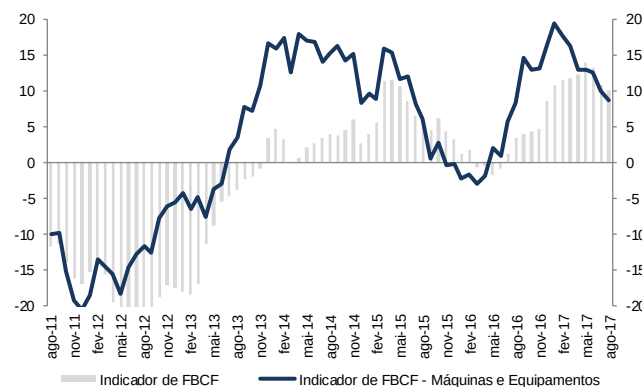


Fonte: INE.

Os dados quantitativos afetos ao mês de agosto apresentam em termos trimestrais homólogos os seguintes comportamentos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou uma variação de 4,4% (3,3% no trimestre terminado em junho);
- as importações de máquinas e outros bens de capital exceto material de transporte cresceram 15,2% no trimestre acabado em agosto (-2,4 p.p. face ao 2.º trimestre do ano).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

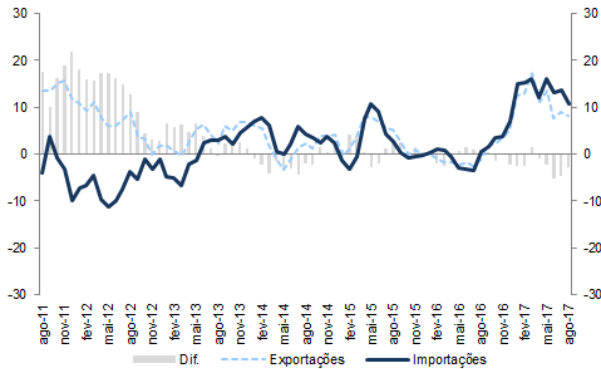
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017				
				3T	4T	1T	2T	3T	mai	jun	jul	ago	set
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	0,9	0,1	6,3	7,9	9,3	:	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	16	17	6,1	9,9	10,3	:	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	2,8	4,0	8,7	11,7	13,2	:	14,0	13,2	10,8	10,1	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-4,4	-5,6	0,2	19,2	11,5	11,7	23,9	6,9	13,5	11,1	10,3
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	13,1	13,5	8,0	7,5	17,3	6,6	15,6	16,4	7,3	12,7	16
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	20,6	5,2	18,8	-2,3	5,3	40,5	3,9	5,5	56,4	89,6	7,2
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-7,1	-15	-6,6	7,0	11,4	9,7	4,6	23,0	23,2	3,8	2,1
Licenças de Construção de fogos	VH	"	38,2	38,5	30,4	50,5	11,3	:	20,5	10,8	25,1	5,8	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	7,9	13,0	13,2	20,1	17,6	:	21,1	21,8	10,9	12,7	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-18	-2,2	3,0	7,9	3,3	6,1	7,9	2,2	4,0	6,9	:

*no Comércio por Grosso; **excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado em agosto, evidenciam um aumento das exportações de 8% (+0,3 p.p. do que no 2.º trimestre), enquanto as importações cresceram 10,8% (13% no trimestre terminado em junho).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



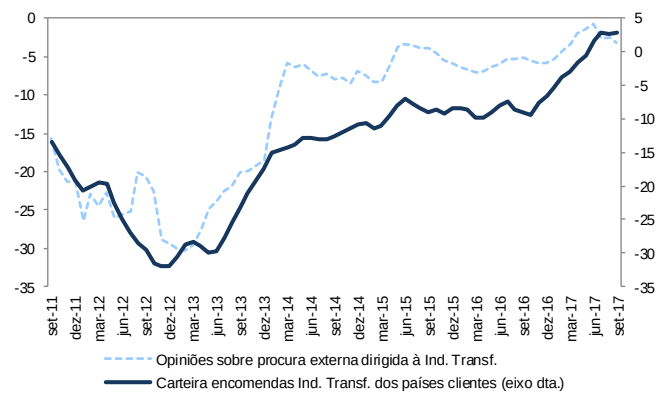
Fonte: INE.

Também para o trimestre terminado em agosto, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações cresceu 14,2% (-1,6 p.p. face ao 2.º trimestre de 2017). Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 6%, que compara com o crescimento de 5,2% registado no 2.º trimestre;
- nas importações de bens, o mercado extracomunitário aumentou 15,3%, enquanto o mercado intracomunitário registou um crescimento de 9,5% em termos homólogos (27,4% e 9% no 2.º trimestre do presente ano, respetivamente);
- a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situa-se atualmente em 79,7% (78,6% no final do 2.º trimestre).

No 3.º trimestre de 2017, as opiniões sobre a procura externa na indústria deterioraram-se face ao trimestre anterior e a carteira de encomendas da indústria transformadora apresentou uma ligeira evolução positiva.

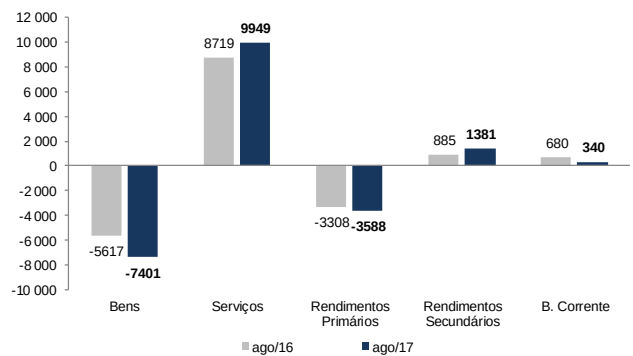
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até agosto de 2017, o saldo acumulado da balança corrente foi de + 340 milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 340 milhões de euros em termos homólogos. Apesar da elevação de 1 229 milhões de euros na balança de serviços e 496 milhões em rendimentos secundários, este resultado espelha, essencialmente, a deterioração de 1 785 e 280 milhões de euros na balança de bens e rendimentos primários, respetivamente.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma balança superavitária 1 389 em milhões de euros (uma diminuição de 388 milhões de euros face ao mesmo período de 2016).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017				
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul	ago
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	4,1	17	4,9	6,0	9,7	8,1	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	4,1	13	3,7	7,3	9,1	7,0	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	"	0,9	0,9	1,1	0,9	0,8	0,8	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	"	10	0,8	10	10	10	10	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	0,8	-17	17	4,9	17,3	7,7	0,2	16,2	6,7	4,6	14,3
Entradas de Bens	VH nom	"	15	-3,2	16	7,0	15,9	13,0	10,7	21,4	7,1	13,0	12,8

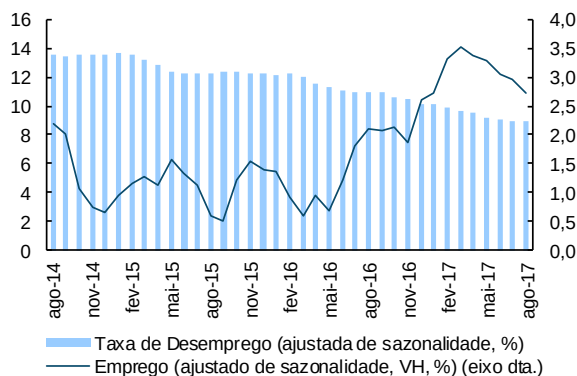
* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2016	2017	Dif.
				2T	3T	4T	1T	2T	jan-ago	jan-ago	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁹ euros	BdP	3 185	-542	2579	963	64	-749	1777	1389	-388
Saldo Balança de Bens	"	"	-9 256	-2108	-2322	-2797	-2385	-2989	-5617	-7401	-1785
Saldo Balança de Serviços	"	"	13 290	3096	4894	3133	2271	3816	8719	9949	1229
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-4 260	-2419	-1002	-435	-748	-2286	-3308	-3588	-280
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1547	557	356	481	521	380	885	1381	496

Mercado de Trabalho

As estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam para que a taxa de desemprego se tenha fixado nos 8,9% em agosto, valor idêntico ao valor definitivo para julho e 2 p.p. inferior à registada no período homólogo. Esta evolução resulta de um aumento homólogo do emprego de 2,7% e da população ativa de 0,5%.

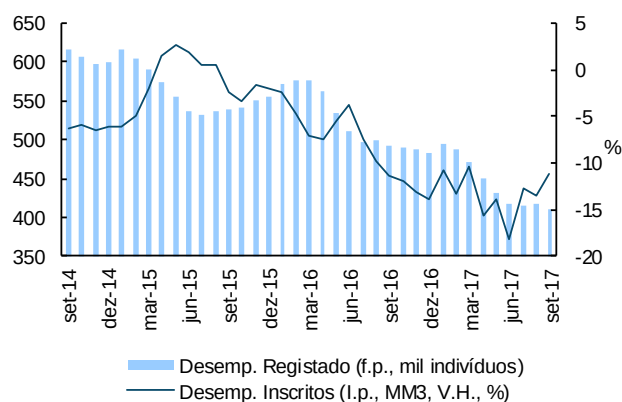
Figura 2.13. Taxa de desemprego e Emprego



Fonte: INE.

No final do terceiro trimestre, os centros de emprego registavam cerca de 411 mil desempregados, menos 16,3% do que um ano antes (-18,3% no final do segundo trimestre). Ao longo do terceiro trimestre, os centros de emprego receberam cerca de 145 mil inscrições, menos 11,2% do que em igual período de 2016.

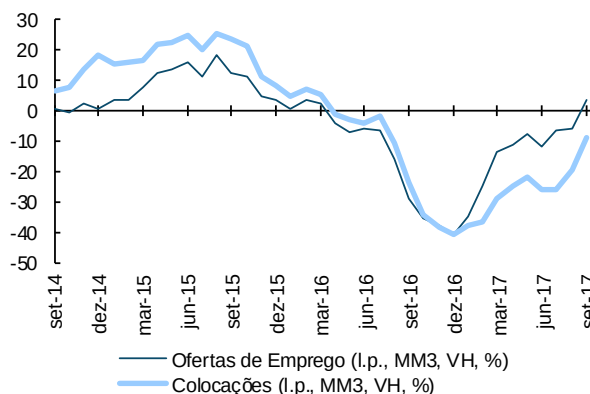
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

Em igual período, houve aproximadamente 22 mil colocações (-8,9% face ao terceiro trimestre de 2016), enquanto as ofertas de emprego ascenderam às cerca de 34 mil (+3,7%). Assim, o rácio entre ofertas e colocações foi, no terceiro trimestre, de 64,7%.

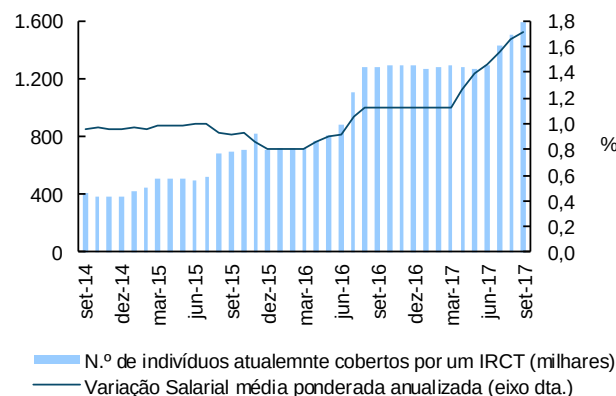
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Estima-se que no final de setembro cerca de 1,592 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, valor que perfaz um aumento de 24,2% em termos homólogos. O aumento das remunerações médias implícitas fixa-se agora nos 1,7%, valor idêntico ao registado um mês antes e mais 0,6 p.p. do que há um ano.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

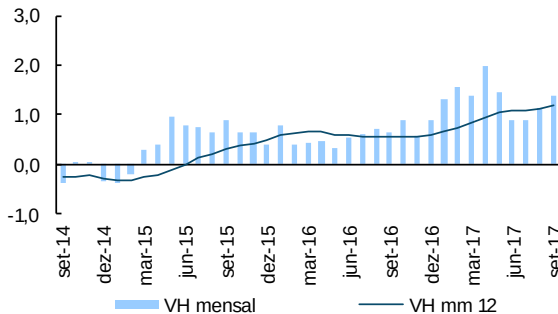
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017				
				3T	4T	1T	2T	3T	mai	jun	jul	ago	set
Taxa de Desemprego*	%	INE	11,1	10,5	10,5	10,1	8,8	:	9,2	9,1	8,9	8,9	:
Emprego Total*	VH	"	1,2	1,9	1,8	3,2	3,4	:	3,3	3,0	3,0	2,7	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,1	-8,8	-13,1	-18,0	-18,3	-16,3	-19,2	-18,3	-16,4	-16,1	-16,3
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-9,3	-11,4	-14,0	-10,3	-18,1	-11,2	-12,9	-16,7	-8,3	-15,4	-10,0
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-17,1	-28,7	-40,5	-13,3	-12,0	3,7	1,2	-15,9	-3,9	8,9	7,4
Contratação Coletiva	VH	MSESS	1,1	1,1	1,1	1,1	1,5	1,7	1,4	1,5	1,6	1,7	1,7
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	1,4	2,6	0,6	3,5	2,9	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,4	1,2	1,7	1,3	1,9	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em setembro de 2017, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma variação homóloga de 1,4%, acelerando face ao crescimento de 1,1% de agosto. Em termos de médias móveis dos últimos 12 meses, o IPC aumentou 1,2%, mais 0,1 p.p. do que no mês anterior.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

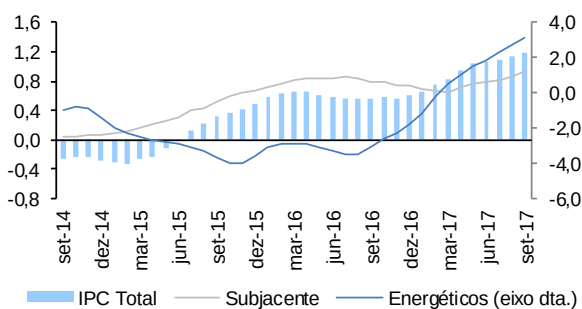


Fonte: INE.

Esta evolução resulta essencialmente da aceleração de 0,3 p.p. registada pela componente dos bens (que apresentou um crescimento de 0,6% em setembro), enquanto a componente dos serviços cresceu 2,5%, acelerando apenas ligeiramente face a agosto (2,4%).

Por seu turno, a aceleração da componente de bens reflete, em grande medida, os desenvolvimentos da categoria dos bens energéticos e alimentares não processados, componentes que são excluídas no cálculo do IPC subjacente. Assim, o crescimento do IPC subjacente foi de 1,3%, permanecendo inalterado face a agosto.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



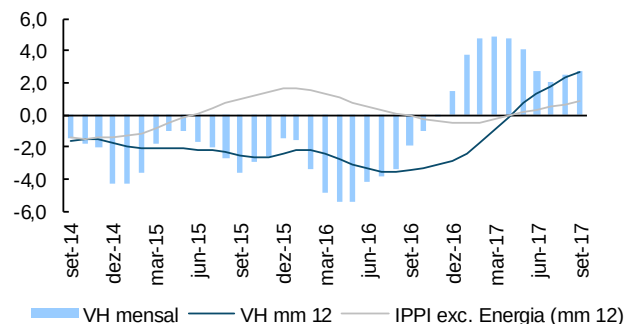
Fonte: INE.

As categorias de vestuário e acessórios para o lar foram, à semelhança do mês anterior, as que apresentaram a maior quebra (-3,4% e -0,4%, respetivamente). Já as categorias de restauração e hotelaria e comunicação foram as que exibiram os maiores incrementos (4,5% e 3,1%, respetivamente). Ainda assim, foi a categoria dos transportes que registou a maior aceleração (0,9 p.p.), em linha com os desenvolvimentos dos bens energéticos.

Já o IHPC cresceu 1,6%, 0,3 p.p., acima de agosto e mais 0,2 p.p. do que o IPC nacional. Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na zona euro manteve-se inalterada nos 1,5%, o que levou à inversão do diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro que agora se fixou nos 0,1 p.p. (-0,2 p.p. em agosto).

O Índice de preços na Produção Industrial cresceu 2,7% em setembro, acelerando 0,2 p.p. face a agosto.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Em grande medida a evolução do IPPI encontra-se condicionada pela forte aceleração registada pelo agrupamento dos bens intermédios (+0,8 p.p.), ainda que a Energia permaneça como o agrupamento mais dinâmico, com um crescimento de 8% (8,1% em agosto). Com efeito, se o agrupamento da Energia fosse excluído, o IPPI teria crescido 1,5%, mais 0,3 p.p. do que em agosto.

Ao nível das secções, as Indústrias extrativas foram as que apresentaram o maior crescimento (23,4%), seguidas das Indústrias de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (8,7%).

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2017								
				jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,6	-0,2	1,8	1,0	-0,2	-0,4	-0,7	0,0	0,9
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,6	1,3	1,6	1,4	2,0	1,5	0,9	0,9	1,1	1,4
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	0,7	0,7	0,8	0,9	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2
IPC - Bens	VH	"	0,0	1,4	1,7	1,5	1,1	1,0	-0,1	0,0	0,3	0,6
IPC - Serviços	"	"	1,5	1,3	1,4	1,2	3,3	2,1	2,4	2,2	2,4	2,5
IPC Subjacente*	"	"	0,7	0,5	0,6	0,6	1,7	1,2	1,1	1,0	1,3	1,3
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	-2,8	3,7	4,8	4,9	4,8	4,1	2,7	2,1	2,5	2,7
IHPC	"	"	0,6	1,3	1,6	1,4	2,4	1,7	1,0	1,0	1,3	1,6
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,4	-0,5	-0,4	-0,1	0,5	0,3	-0,3	-0,3	-0,2	0,1

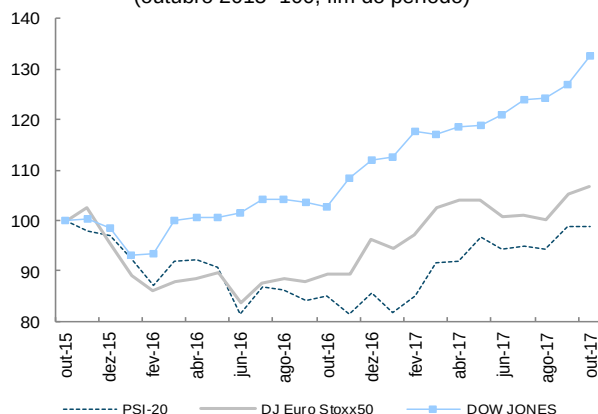
* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

No início do 4.º trimestre de 2017, os índices bolsistas internacionais evoluíram favoravelmente, refletindo uma menor aversão ao risco, sobretudo nos EUA, associado à aceleração do crescimento económico e à manutenção de uma evolução positiva do mercado de trabalho.

Assim, a 27 de outubro de 2017, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* apreciaram-se 4,5% e 1,6%, respetivamente, face ao final de setembro, acumulando uma valorização de 18% e 11%, respetivamente, face ao final de 2016.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(outubro 2015=100, fim do período)

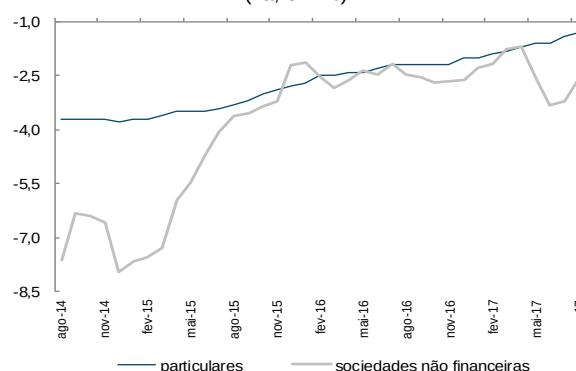


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para outubro, o valor é do dia 27.

Já para o índice PSI-20, este manteve-se estável em finais de outubro de 2017 face ao mês anterior; mas, obteve um ganho acumulado de quase 16% face ao final do ano de 2016.

Em agosto de 2017, a variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro foi de -1,8% em termos anuais (-2,1% no mês precedente) em resultado da melhoria do crédito atribuído tanto às empresas não financeiras como aos particulares.

Figura 2.21. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)

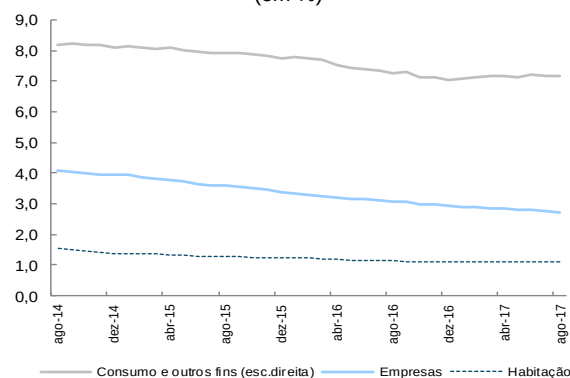


Fonte: Banco de Portugal.

Quanto ao crédito destinado aos particulares, este teve uma variação anual de -1,3% em agosto de 2017 (-1,4% em julho), devido à melhoria do crédito à habitação e ao reforço do crédito ao consumo. Porém, os empréstimos destinados para outros fins deterioraram-se.

Em agosto de 2017, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram para as empresas; enquanto aumentaram ligeiramente para os particulares devido à subida das taxas dos empréstimos destinados ao consumo. Para o crédito à habitação, as taxas estabilizaram em 1,12%, pelo 2.º mês consecutivo.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2017								
				jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	3,7	4,1	3,9	4,0	3,5	3,1	3,0	2,8	2,8	2,4
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	354	365	365	366	321	280	255	231	248	191
PSI 20*	VC	CMVM	-119	-4,4	3,9	7,7	0,5	5,1	-2,6	0,7	-0,6	4,9
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-2,9	-2,9	-2,8	-2,7	-2,6	-2,6	-2,5	-2,4	-2,3	:
- para consumo	va**	"	8,0	7,6	8,1	8,2	8,6	8,6	8,1	9,1	9,5	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,6	-2,3	-2,2	-1,8	-1,7	-2,6	-3,3	-3,2	-2,6	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,12	1,12	1,11	1,11	1,11	1,11	1,12	1,12	1,12	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	2,92	2,91	2,88	2,85	2,83	2,81	2,79	2,75	2,73	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

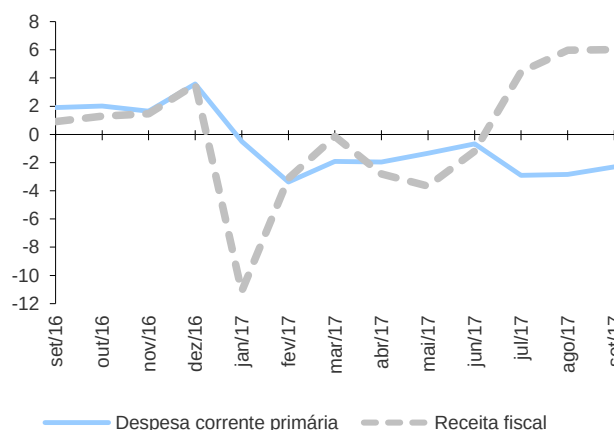
Finanças Públicas

O sector das Administrações Públicas registou, no final de setembro, um saldo global negativo de 569 milhões de euros¹, valor que representa uma melhoria de 2.290 milhões de euros relativamente ao período homólogo do ano anterior. Na base deste resultado esteve o aumento de 4,1%² da receita efetiva, significativamente superior ao aumento que a despesa efetiva registou no mesmo período (0,1%). O saldo primário apresenta, entretanto, um excedente de 5.559 milhões de euros que compara com os 3.080 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Os subsectores das Administrações Públicas contribuíram de forma diferente para aquele valor do saldo global: a soma dos défices observados na Administração Central (2.638 milhões de euros) e na Administração Regional (145 milhões de euros) ultrapassou a dos excedentes registados na Administração Local (551 milhões de euros) e na Segurança Social (1.663 milhões de euros).

Estado

No final do mês de setembro, a execução orçamental do subsector Estado apresentava um saldo global negativo de 2.938 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 2.008 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior. O saldo primário registou, entretanto, um excedente de 2.437 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 528 milhões de euros verificado no mês homólogo do ano anterior.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



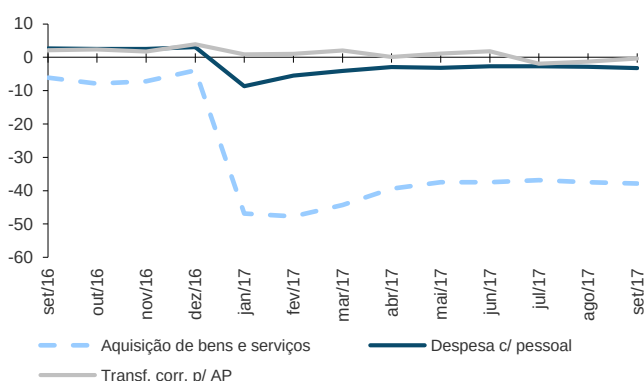
Fonte: DGO.

A referida dinâmica do saldo global assentou na conjugação de um crescimento da receita efetiva (4,1% relativamente ao período homólogo do ano anterior) e de uma diminuição da despesa efetiva (-1,8%, *idem*).

Entre os fatores de crescimento da receita efetiva destacam-se a cobrança dos impostos, tanto a dos diretos (mais 6,5%) como a dos indiretos (mais 5,7%).

Quanto à despesa efetiva, cumpre destacar as reduções em termos homólogos da despesa com a *Aquisição de Bens e Serviços* (-37,8%), das *Despesas com o Pessoal* (-3,3%) e da despesa com *Juros e Outros Encargos* (-1,8%).

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2016	2017	2016	2017	2017			
	jan a set		jan a set		jun	jul	ago	set
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	32 331	33 652	61,6	63,3	-2,0	2,8	3,9	4,1
Receita corrente	32 244	33 582	61,7	63,4	-1,9	2,9	4,0	4,1
Impostos diretos	12 611	13 428	57,1	60,6	-8,3	3,7	7,8	6,5
Impostos indiretos	16 705	17 650	64,5	67,1	3,7	4,9	4,7	5,7
Despesa Efetiva	37 278	36 590	65,7	63,2	-0,6	-2,4	-2,1	-1,8
Despesa corrente primária	30 933	30 219	61,6	63,4	-8,3	4,9	-2,1	-2,3
Despesa corrente	36 408	35 594	66,5	64,1	-1,1	-2,6	-2,6	-2,2
Despesa com pessoal	7 116	6 884	70,1	69,7	-2,7	-2,7	-2,9	-3,3
Aquisição bens e serviços	988	614	49,3	25,4	-37,5	-36,9	-37,4	-37,8
Subsídios	64	39	44,7	26,5	-67,4	-67,7	-54,7	-39,1
Juros	5 475	5 375	69,1	68,1	-2,8	-0,9	-1,6	-1,8
Transferências corr. p/ AP	20 680	20 599	68,2	65,9	1,8	-1,9	-1,3	-0,4
Saldo Global	-4 946	-2 938	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	528	2 437	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

A execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) revelou, no fim do mês de setembro, um saldo global positivo de 300 milhões de euros. Este saldo representa uma melhoria de 90 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior.

Para este resultado contribuiu um aumento da receita efetiva de 1,7%, superior ao aumento concomitante da despesa efetiva (1,3%).

No aumento da receita efetiva destaca-se o aumento de 0,7% das receitas provenientes das *Transferências Correntes das Administrações Públicas*, suficiente para compensar a redução de 4,5% das receitas registadas na rubrica *Contribuições para a SS, CGA e ADSE*. Quanto à despesa efetiva, a sua evolução foi dominada pelos aumentos de 8,1% e de 5% registados, respetivamente, nas despesas com a *Aquisição de Bens e Serviços* e nas *Despesas com o Pessoal*. O grau de execução da receita efetiva foi, entretanto, de 71,1%, ligeiramente superior ao da despesa efetiva (69,9%).

As EPR contribuíram para o saldo global dos SFA com um défice de 827 milhões de euros, valor 95 milhões de euros acima do registado no período homólogo do ano anterior.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

O saldo global negativo de 134 milhões de euros registado na execução orçamental do SNS (ótica dos compromissos) representa um agravamento quando comparado com o mês homólogo do ano anterior (111 milhões de euros).

Esta evolução do saldo reflete um aumento da receita efetiva de 4,2% que não foi suficiente para compensar o aumento concomitante de 4,4% da despesa efetiva. No que diz respeito à evolução da receita efetiva foi determinante o aumento de 4,1% da *Receita Corrente*. Quanto à despesa efetiva, destacam-se os aumentos de 4,4% das *Despesas com o Pessoal* e de 5,5% da despesa com a *Aquisição de Bens e Serviços*. As *Despesas de Capital* mantiveram em setembro a sua tendência de redução (-31,4%).

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

A execução orçamental da CGA apresentou um saldo global positivo de 57 milhões de euros, representando uma deterioração deste indicador relativamente ao período homólogo do ano anterior (menos 10 milhões de euros).

Para este resultado contribuiu uma redução da receita efetiva de 3,6%, superior à redução entretanto registada na despesa efetiva (-3,5%). A evolução da receita efetiva foi marcada pelas diminuições ocorridas nas rubricas *Comparticipação do Orçamento do Estado* (-3,3%) e *Quotas e Contribuições* (-4,6%). Do lado da despesa efetiva, deve dar-se destaque à redução de 3,6% verificada nas *Pensões*.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2016	2017			2016	2017		
	jan a set				jan a set			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	21285	21649	71,1	1,7	6 488	6 360	68,0	-2,0
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 069	2 933	74,9	-4,5	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	12 675	12 764	71,7	0,7	592	577	58,4	-2,5
Despesa Efetiva	21076	21349	69,9	1,3	7 221	7 188	68,3	-0,5
Despesa com pessoal	4 834	5 078	72,2	5,0	2 737	2 839	74,1	3,7
Aquisição de bens e serviços	4 793	5 182	74,7	8,1	2 154	2 093	64,6	-2,8
Transferências correntes	8 438	8 126	71,9	-3,7	81	58	73,4	-28,7
Saldo Global	210	300	-	-	- 733	- 827	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2016		2017			2016		2017	
	jan a set					jan a set			
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	6 512	6 783	4,2	76,4	Receita Efetiva	7 518	7 247	-3,6	74,0
Receita fiscal	82	85	4,4	65,3	Contribuições p/ a CGA	3 066	2 927	-4,5	74,9
Outra receita corrente	6 413	6 676	4,1	77,0	Quotas e contribuições	2 990	2 852	-4,6	74,9
Receita de capital	17	22	30,9	27,4	Transferências correntes do OE	3 847	3 719	-3,3	73,7
Despesa Efetiva	6 623	6 917	4,4	75,8	Comparticipação do OE	3 649	3 529	-3,3	73,8
Despesa com pessoal	2 666	2 783	4,4	75,4	Compensação por pagamento de pensões	198	190	-4,2	76,6
Aquisição de bens e serviços	3 805	4 015	5,5	77,0	Despesa Efetiva	7 451	7 190	-3,5	73,4
Despesa de capital	67	46	-31,4	41,7	Pensões	7 313	7 050	-3,6	73,4
Saldo Global	- 111	- 134	-	-	Saldo Global	67	57	:	:

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Segurança Social

No final de setembro a execução orçamental do subsector da Segurança Social apresentou um saldo global positivo de 1663 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 510 milhões de euros quando comparado com o mês homólogo do ano anterior.

Esta evolução do saldo global resulta da conjugação de um crescimento de 0,9% da receita efetiva e de uma redução de 1,8% na despesa efetiva. O grau de execução orçamental da receita efetiva (72,8%) revela-se, entretanto, superior ao da despesa (69,4%).

A evolução da receita efetiva está associada ao crescimento de 6,3% das receitas das *Contribuições e Quotizações*. A evolução da despesa efetiva reflete as reduções de 1,4% das *Pensões* e de 12,9% do *Subsídio de Desemprego e Apoio ao Emprego* que, no seu conjunto, compensaram o aumento de 4,4% entretanto registado nas *Prestações e Ação Social*.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)

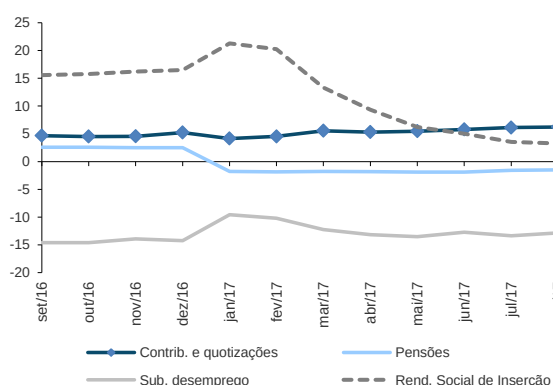
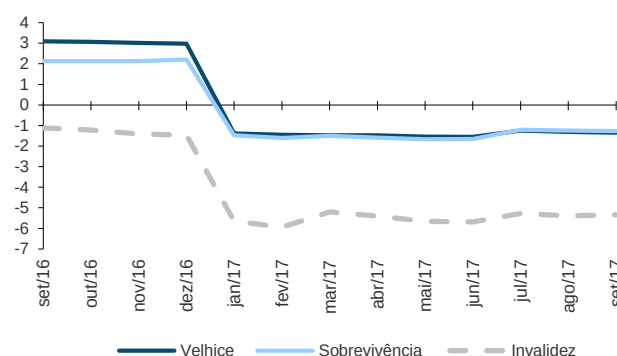
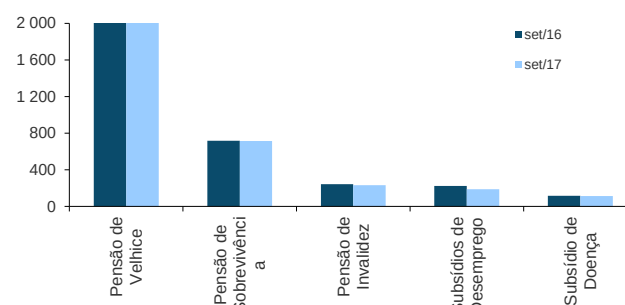


Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2016	2017		
	jan a set			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	19 360	19 540	0,9	72,8
Contribuições e quotizações	10 885	11 572	6,3	75,2
Transferências correntes da Administração Central *	7 034	6 726	-4,4	75,5
Despesa Efetiva	18 207	17 877	-1,8	69,4
Pensões	11 959	11 786	-1,4	73,0
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	343	339	-1,2	71,2
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	1 158	1 008	-12,9	68,7
Prestações e ação social	3 042	3 176	4,4	71,3
Saldo Global	1 153	1 663	-	

* Não inclui IVA social e transferências no âmbito da Plano de Emergência Social.

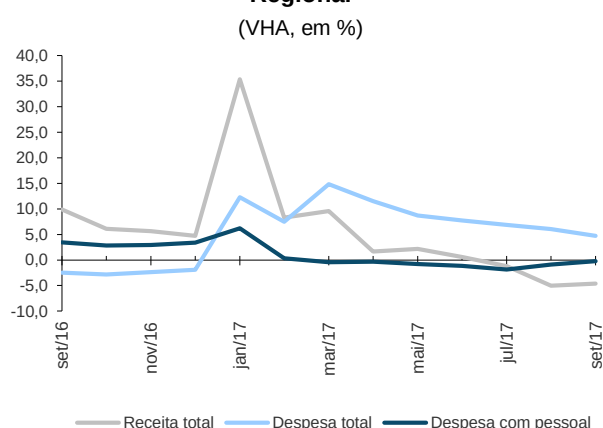
Fonte: DGO.

Administração Regional

A execução orçamental do subsector da Administração Regional revelou no final de setembro um saldo global negativo de 145 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 24 milhões de euros registado no período homólogo do ano anterior.

Este agravamento do saldo global tem origem num aumento da despesa efectiva de 4,7%, acompanhado de uma redução de 4,6% da receita efetiva. Do lado da receita efetiva destaca-se a redução de 7,2% da receita com origem em impostos, enquanto do lado da despesa efetiva cabe salientar os aumentos de 4% e de 0,8% verificados, respetivamente, nas rubricas *Investimento* e *Aquisição de Bens e Serviços*.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional



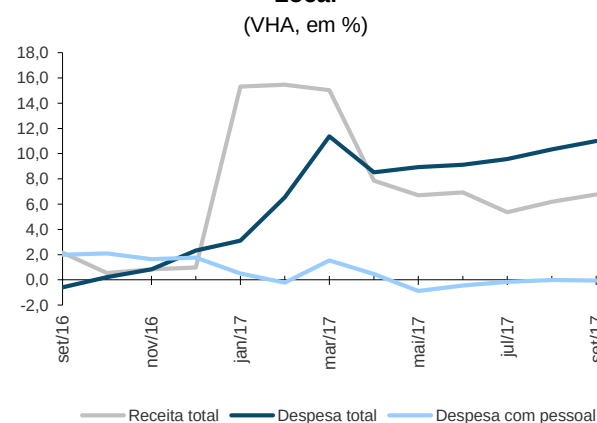
Fonte: DGO.

Administração Local

O subsector da Administração Local mantém a trajetória de saldos globais positivos. Em setembro a execução orçamental apresentou um saldo global positivo de 551 milhões de euros, valor que, todavia, representa uma degradação de 149 milhões de euros relativamente ao observado no período homólogo do ano anterior.

Esta evolução está associada a um crescimento de 6,8% da receita efetiva, insuficiente para compensar o crescimento concomitante de 11% da despesa efetiva. A evolução da receita efetiva reflete o aumento de 11,1% registado na cobrança dos *Impostos Locais*, bem como o crescimento de 1,5% das *Transferências Correntes*. Na despesa efetiva destaca-se o elevado crescimento das despesas com o *Investimento* (53,3%) e os aumentos das despesas com *Transferências Correntes* (7,2%) e com *Aquisição de Bens e Serviços* (6,6%). De referir que, no período em análise, as despesas com o *Pessoal* sofreram uma ligeira redução de 0,1%.

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2016	2017		2016	2017	
	jan a set			jan a set		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Efetiva	1 827	1 743	-4,6	5 316	5 675	6,8
Impostos	1 088	1 010	-7,2	2 028	2 253	11,1
Transferências correntes	375	360	-	1 894	1 923	1,5
Despesa Efetiva	1 803	1 889	4,7	4 616	5 124	11,0
Pessoal	773	771	-0,3	1 711	1 710	-0,1
Aquisição de bens e serviços	466	470	0,8	1 485	1 582	6,6
Transferências correntes	150	135	-9,7	444	476	7,2
Investimento	103	107	4,0	606	929	53,3
Saldo global	24	- 145	-	700	551	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) atingiu em agosto o montante de 250.388 milhões de euros, representando um aumento de 1.341 milhões de euros (0,5%) relativamente ao mês anterior e um aumento de 9.430 milhões de euros (3,9%) face ao final do ano anterior.

O subsector da Administração Central foi o principal responsável pelo aumento da dívida, ao mesmo tempo que a subsector da Administração Regional e Local vem confirmando a sua tendência de redução.

Os depósitos detidos pela Administração Central, por sua vez, registram um aumento de 3 mil milhões de euros face ao mês anterior (15,9%), colocando em agosto o valor líquido da dívida em 230.287 milhões de euros, o que significa uma redução de 1.667 milhões de euros relativamente ao valor da dívida registado no mês anterior.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2016 dez	2017 jul	2017 ago
Administrações Públicas	240 958	249 047	250 388
Por subsector:			
Administração Central	243 592	252 535	254 301
Administração Regional e Local	10 524	10 451	10 389
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	13 160	13 940	14 303
por memória:			
Depósitos da Administração Central	17 179	18 931	21 939

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 ago	2017 set
Administrações Públicas	1 880	2 036	2 034
Por subsector:			
Administração Central	372	490	500
Administração Regional	409	324	360
Administração Local	1 099	1 221	1 175
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

O valor da dívida não financeira do sector das Administrações Públicas manteve-se em setembro praticamente ao mesmo nível do mês anterior, registando um montante de 2.034 milhões de euros, mais 154 milhões de euros (8,2%) que no final de 2016.

Destaques para o subsector da Administração Local que apresenta uma redução da sua dívida não financeira em 46 milhões de euros relativamente ao mês anterior (menos 3,8%). Apesar do aumento da dívida não financeira face ao mês anterior, o subsector da Administração Regional apresenta uma redução de 49 milhões de euros quando comparado com o valor observado no final do ano anterior (menos 12%).

O valor dos pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas registou em setembro um aumento 60 milhões de euros (5,3%) face ao mês anterior, fixando-se em 1.204 milhões de euros. A exemplo do que vem acontecendo em meses anteriores, este aumento é quase exclusivamente explicado pelo aumento de 58 milhões de euros registado nos hospitais EPE (crescimento de 76,6%), tendo

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 ago	2017 set
Administrações Públicas	851	1 144	1 204
Por subsector:			
Administração Central (excl. saúde)	17	20	18
SNS	6	5	5
Hospitais EPE	544	903	961
Empresas Públicas Recllassificadas	13	12	14
Administração Regional	120	99	99
Administração Local	150	105	107
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	3	1	1
Empresas públicas não reclassificadas	3	1	1
Adm. Públicas e outras entidades	854	1 145	1 205

Fonte: DGO.

estes vindo a aumentar o seu peso relativo na estrutura dos pagamentos em atraso (cerca de 80% em setembro). Relativamente ao final de 2016, o valor dos pagamentos em atraso aumentou cerca de 353 milhões de euros no conjunto das Administrações Públicas (mais 41,5%), apesar da redução observada na Administração Central e, fundamentalmente, no subsector da Administração Regional e Local (reduções de 17,7% e 28,8%, respetivamente).

Dívida Direta do Estado

A dívida direta do Estado registou no final de setembro uma ligeira redução de 362 milhões de euros (0,1%) relativamente ao mês anterior, fixando em 245.274 milhões de euros.

Esta evolução foi marcada por uma redução de 9,6% da dívida titulada por Bilhetes do Tesouro que compensou o aumento da dívida titulada por Obrigações do Tesouro (mais 997 milhões de euros) e o aumento da dívida não transacionável (mais 187 milhões de euros) com destaque para a emissão de dívida representada por Certificados de Aforro e do Tesouro. A dívida associada ao PAEF não registou alterações assinaláveis.

Face a estas alterações ocorridas em setembro na dívida direta do Estado, a estrutura da dívida manteve-se praticamente inalterada, com a dívida transacionável representando cerca de 60% do total da dívida, seguida da importância relativa da dívida associada ao PAEF (25,2%) e da dívida não transacionável (14,8%). As obrigações do Tesouro (OT), por sua vez, aumentaram marginalmente o seu peso na estrutura da dívida transacionável (81,8%).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/ago/17	set/17			30/set/17
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	147 575	2 767	223	6	147 010
da qual: Bilhetes do Tesouro	16 260	1 567	0	0	14 693
da qual: Obrigações do Tesouro	119 280	-	223	10	120 277
Não Transacionável	36 219	2 504	2 111	-	36 406
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	26 174	401	62	0	26 391
da qual: CEDIC e CEDIM	5 796	1 863	1 449	0	5 786
Prog. de Ajustamento Económico	61 842	0	0	- 19	61 858
Total	245 636	5 271	2 334	- 13	245 274

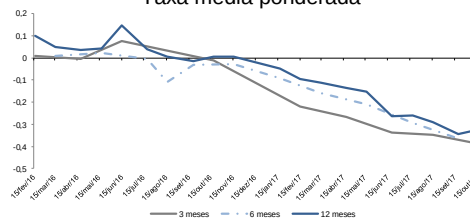
Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

As emissões de Bilhetes do Tesouro e de Obrigações do Tesouro realizadas pelo IGCP, E.P.E. no mês de outubro apresentaram as seguintes características, onde se destaca o valor negativo das respetivas taxas de juro de colocação dos Bilhetes do Tesouro e a manutenção em valores inferiores a 3% da taxa de juro a 10 anos das Obrigações do Tesouro:

- Colocação no dia 18 de 1.075 milhões de euros (inclui 125 milhões de euros da fase não competitiva), com maturidade em setembro de 2018 e uma taxa média ponderada de colocação de -0,325% (-0,345% na última colocação para um prazo equivalente);
- Colocação na mesma data de 302 milhões de euros (inclui 2 milhões de euros da fase competitiva), com maturidade em janeiro de 2018, e uma taxa média ponderada de colocação de -0,389% (-0,348% na última colocação para o mesmo prazo);
- Colocação de 520 milhões de euros a 5 anos (inclui 20 milhões de euros da fase não competitiva), em Obrigações do Tesouro com maturidade em outubro de 2022 e uma taxa de colocação de 0,916%;
- Na mesma data, colocação de 867 milhões de euros em Obrigações do Tesouro com maturidade em abril de 2027 e uma taxa de juro de 2,327% (na última colocação para um prazo idêntico a taxa foi de 2,785%).

Figura 2.30. Emissões de BT
Taxa média ponderada



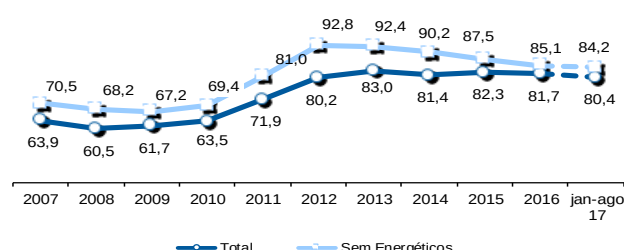
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, as exportações e importações de mercadorias cresceram nos primeiros oito meses de 2017, em termos homólogos, 11,5% e 14,1% ^[3], respetivamente. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 26,1%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações e importações cresceram 9,7% e 11,5%, respetivamente (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a agosto			VH	
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	32.581	36.321	11,5	8,0	9,4
Importações (cif)	39.595	45.162	14,1	10,8	11,3
Saldo (fob-cif)	-7.014	-8.841	26,1	23,3	19,9
Cobertura (fob/cif)	82,3	80,4	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	30.693	33.667	9,7	7,8	8,0
Importações (cif)	35.870	39.988	11,5	10,4	9,8
Saldo (fob-cif)	-5.176	-6.321	22,1	26,0	19,9
Cobertura (fob/cif)	85,6	84,2	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a agosto			VH	
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	7.759	9.460	21,9	14,2	16,6
Importações (cif)	8.836	11.019	24,7	15,3	17,4
Saldo (fob-cif)	-1.077	-1.560	44,8	24,0	25,6
Cobertura (fob/cif)	87,8	85,8	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros oito meses de 2017, as exportações representaram 80,4% das importações, o que reflete um decréscimo de 1,9 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 84,2% das importações (-1,4 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de agosto

janeiro a agosto	Valores em milhões de Euros		
	2016	2017	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	32 581	36 321	11,5
Importações (cif)	39 595	45 162	14,1
Saldo (fob-cif)	- 7 014	- 8 841	26,1
Cobertura (fob/cif)	82,3	80,4	-
Intra UE			
Exportações (fob)	24 822	26 861	8,2
Importações (cif)	30 759	34 142	11,0
Saldo (fob-cif)	- 5 936	- 7 281	22,7
Cobertura (fob/cif)	80,7	78,7	-
Extra UE			
Exportações (fob)	7 759	9 460	21,9
Importações (cif)	8 836	11 019	24,7
Saldo (fob-cif)	- 1 077	- 1 560	44,8
Cobertura (fob/cif)	87,8	85,8	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros oito meses de 2017, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 22,7% em termos homólogos, com as exportações e importações de mercadorias a crescerem 8,2% e 11%, respetivamente. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 44,8% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2016	2017	TVH	2016	2017	TVH
jan	4 347	5 348	23,0	3 657	4 344	18,8
fev	4 709	5 177	10,0	4 009	4 356	8,7
mar	5 319	6 142	15,5	4 219	5 241	24,2
abr	4 891	5 415	10,7	4 116	4 122	0,2
mai	5 171	6 279	21,4	4 195	4 873	16,2
jun	5 409	5 794	7,1	4 459	4 757	6,7
jul	5 075	5 735	13,0	4 464	4 670	4,6
ago	4 674	5 272	12,8	3 463	3 957	14,3
set	5 393			4 392		
out	5 255			4 332		
nov	5 510			4 660		
dez	5 489			4 056		
1º Trím	14 375	16 667	15,9	11 885	13 941	17,3
2º Trím	15 471	17 488	13,0	12 770	13 753	7,7
3º Trím	15 142			12 319		
4º Trím	16 254			13 048		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, n.º10/2015").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de agosto de 2017 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros oito meses de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 11,5%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, o crescimento foi de 9,7%.

Entre janeiro e agosto de 2017, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (2,3 p.p.), seguido dos contributos das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (2 p.p.), dos “Agroalimentares” e “Minérios e metais” (ambos com 1,4 p.p.) e dos “Químicos” (1,3 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15,4%). Seguem-se os “Químicos” (12,9%), os “Agroalimentares” (12,1%) e o “Material de transporte terrestre e suas partes” (10,5%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em agosto de 2017.

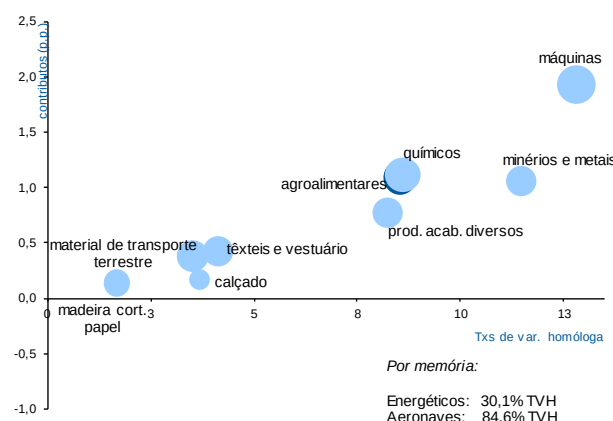
Nesse período, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (9,4%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Máquinas e aparelhos e suas partes” foram os que mais contribuíram para este comportamento (1,9 p.p.).

De destacar ainda o contributo positivo dos “Energéticos” (1,8 p.p.), dos “Agroalimentares”, “Químicos” e dos “Minérios e metais” (com contributos de 1,1 p.p.).

A um nível ligeiramente inferior, os “Produtos acabados diversos” com um contributo de 0,8 p.p..

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2017 (Total: 9,4%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-ago		últimos 12 meses ^[1]		jan-ago	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	32 581	36 321	100,0	100,0	100,0	100,0	9,4	9,4	11,5	11,5
Agro-alimentares	3 937	4 395	11,5	12,7	12,1	12,1	8,5	1,1	11,6	1,4
Energéticos	1 888	2 654	7,2	6,3	5,8	7,3	30,1	1,8	40,5	2,3
Químicos	4 268	4 698	12,5	13,0	13,1	12,9	8,6	1,1	10,1	1,3
Madeira, cortiça e papel	2 674	2 780	8,4	8,0	8,2	7,7	1,7	0,1	4,0	0,3
Têxteis, vestuário e seus acessórios	3 433	3 585	9,8	10,2	10,5	9,9	4,1	0,4	4,4	0,5
Calçado, peles e couros	1 560	1 606	4,1	4,5	4,8	4,4	3,7	0,2	2,9	0,1
Minérios e metais	3 044	3 496	11,2	9,2	9,3	9,6	11,5	1,1	14,9	1,4
Máquinas e aparelhos e suas partes	4 945	5 603	14,7	15,4	15,2	15,4	12,8	1,9	13,3	2,0
Material de transp. terrestre e suas partes	3 556	3 829	12,4	10,5	10,9	10,5	3,5	0,4	7,7	0,8
Aeronaves, embarcações e suas partes	191	264	0,5	0,9	0,6	0,7	84,6	0,5	38,1	0,2
Produtos acabados diversos	3 085	3 412	7,8	9,3	9,5	9,4	8,2	0,8	10,6	1,0
Por memória:										
Total sem energéticos	30 693	33 667	92,8	93,7	94,2	92,7	8,0	7,6	9,7	9,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2017.

[2] (set 16-ago 17)/(set 15-ago 16) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nos primeiros oito meses de 2017, as exportações para a UE cresceram 8,2%, em termos homólogos. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram 7,9% e as destinadas aos Países do Alargamento e aos Países terceiros 13,8% e 21,9%, respetivamente (Quadro 3.5).

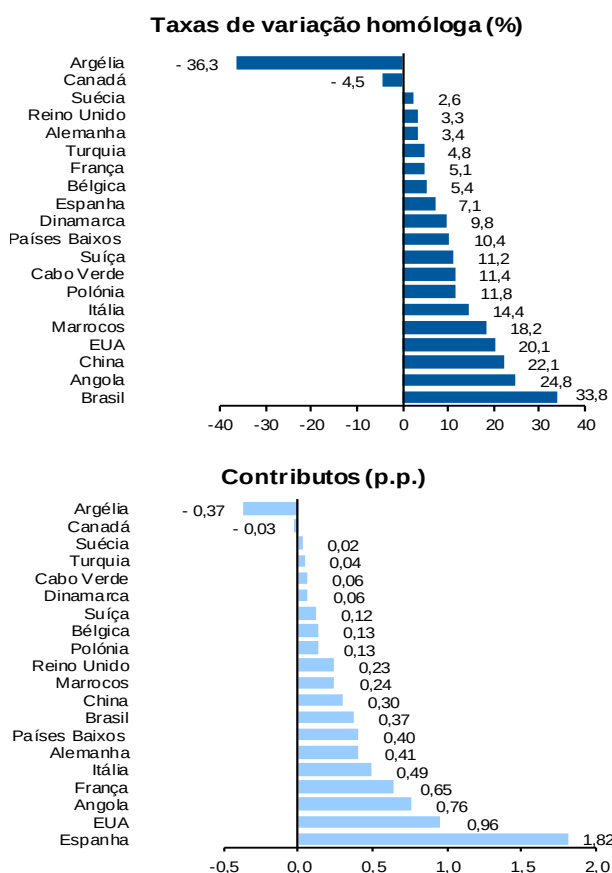
As exportações de mercadorias para Espanha registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações (1,9 p.p.), seguidas das exportações para França (0,9 p.p.), Alemanha e Países Baixos (ambos com 0,7 p.p.).

No último ano a terminar em agosto de 2017, as exportações para os países Intra UE cresceram 7%, em termos homólogos. As exportações para os países da EU-15 cresceram 6,5 %. As exportações para Espanha foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (1,8 p.p.), seguidas da França (0,6 p.p.).

Entre os países terceiros, destaca-se o crescimento homólogo das exportações para Brasil (33,8%), Angola (24,8%) e China (22,1%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações para a Argélia (-36,3%) e Canadá (-4,5%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2017



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-ago		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-ago		12 meses [1]		jan-ago	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
TOTAL	32 581	36 321	100,0	100,0	100,0	100,0	9,4	9,4	11,5	11,5
Intra UE	24 822	26 861	74,5	75,1	76,2	74,0	7,0	5,3	8,2	6,3
dos quais:										
UE-15	23 610	25 482	71,3	71,2	72,5	70,2	6,5	4,6	7,9	5,7
Espanha	8 564	9 181	24,9	25,9	26,3	25,3	7,1	1,8	7,2	1,9
França	4 219	4 523	12,2	12,6	13,0	12,5	5,1	0,6	7,2	0,9
Alemanha	3 911	4 127	13,5	11,7	12,0	11,4	3,4	0,4	5,5	0,7
Reino Unido	2 334	2 441	5,2	7,1	7,2	6,7	3,3	0,2	4,6	0,3
Países Baixos	1 246	1 474	3,9	3,7	3,8	4,1	10,4	0,4	13,3	0,7
Itália	1 098	1 273	3,7	3,5	3,4	3,5	14,4	0,5	15,9	0,5
Bélgica	817	856	3,2	2,4	2,5	2,4	5,4	0,1	4,8	0,1
Suécia	320	318	1,0	0,9	1,0	0,9	2,6	0,0	-0,6	0,0
Dinamarca	223	244	0,6	0,7	0,7	0,7	9,8	0,1	9,1	0,1
Alargamento	1 212	1 379	3,2	3,9	3,7	3,8	17,8	0,7	13,8	0,5
Polónia	376	422	0,9	1,2	1,2	1,2	11,8	0,1	12,4	0,1
Extra UE	7 759	9 460	25,5	24,9	23,8	26,0	16,6	4,1	21,9	5,2
dos quais:										
EUA	1 568	1 928	3,5	4,9	4,8	5,3	20,1	1,0	22,9	1,1
Angola	824	1 189	5,4	3,0	2,5	3,3	24,8	0,8	44,4	1,1
Marrocos	442	502	0,9	1,4	1,4	1,4	18,2	0,2	13,5	0,2
China	427	554	0,9	1,4	1,3	1,5	22,1	0,3	29,7	0,4
Brasil	344	519	1,4	1,1	1,1	1,4	33,8	0,4	51,0	0,5
Suíça	360	391	0,9	1,1	1,1	1,1	11,2	0,1	8,7	0,1
Argélia	320	174	0,8	0,9	1,0	0,5	-36,3	-0,4	-45,6	-0,4
Turquia	261	260	0,7	0,8	0,8	0,7	4,8	0,0	-0,6	0,0
Canadá	198	198	0,5	0,6	0,6	0,5	-4,5	0,0	0,0	0,0
Cabo Verde	169	181	0,6	0,5	0,5	0,5	11,4	0,1	7,1	0,0
Por memória:										
OPEP [4]	1 443	1 709	7,5	5,0	4,4	4,7	10,5	0,5	13,5	0,8
PALOP	1 241	1 592	6,8	4,2	3,8	4,4	14,9	0,7	28,2	1,1
EFTA	488	534	1,1	1,5	1,5	1,5	9,0	0,1	9,4	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2017.

[2] (set 16-ago 17)/(set 15-ago 16) x 100 - 100.

[3] Contributo para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) x 100.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a agosto de 2017, as importações de mercadorias cresceram 14,1%, em termos homólogos (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo positivo das importações de produtos “Energéticos” (3,7 p.p.), “Máquinas e aparelhos e suas partes” (2,7 p.p.), “Agroalimentares” (1,6 p.p.), “Químicos” e “Material de transporte terrestre e suas partes” (1,5 p.p.).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (75,6%).

Nos primeiros oito meses de 2017, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário e dos países da UE-15 cresceram, em termos homólogos, 11% e 10,8%, respetivamente. As provenientes dos países do Alargamento e de Países terceiros cresceram 15,5% e 24,7%, respetivamente.

A China destaca-se como sendo o principal mercado extra-comunitário de origem das importações de mercadorias (3% do total). Seguem-se a Rússia (2,5%) e o Brasil (1,8%).

Quadro 3.7. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif) jan-ago		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Anual		jan-ago		12 meses ⁽¹⁾		jan-ago	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ⁽²⁾	contrib. p.p. ⁽³⁾	VH	contrib. p.p. ⁽³⁾
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	39 595	45 162	100,0	100,0	100,0	100,0	11,3	11,3	14,1	14,1
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	6 347	6 960	15,0	15,8	16,0	15,4	8,3	1,3	9,7	1,6
Energéticos	3 725	5 174	17,5	10,1	9,4	11,5	24,9	2,5	38,9	3,7
Químicos	6 805	7 402	15,9	16,7	17,2	16,4	6,3	1,1	8,8	1,5
Madeira, cortiça e papel	1398	1435	3,5	3,4	3,5	3,2	1,8	0,1	2,7	0,1
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	2 577	2 751	5,9	6,5	6,5	6,1	5,0	0,3	6,8	0,4
Calçado, peles e couros	1084	1107	2,0	2,6	2,7	2,5	14	0,0	2,1	0,1
Minérios e metais	3 153	3 899	8,8	7,9	8,0	8,6	17,4	1,4	23,7	1,9
Máquinas e aparelhos e suas partes	6 486	7 537	15,4	16,9	16,4	16,7	14,8	2,4	16,2	2,7
Material de transp. terrestre e suas partes	4 948	5 535	10,1	12,4	12,5	12,3	11,9	1,4	11,9	1,5
Aeronaves, embarcações e suas partes	640	703	0,4	1,3	1,6	1,6	10,3	0,1	9,8	0,2
Produtos acabados diversos	2 432	2 659	5,3	6,2	6,1	5,9	8,5	0,5	9,3	0,6
Total sem energéticos	35 870	39 988	82,5	89,9	90,6	88,5	9,8	8,8	11,5	10,4
Mercados de origem										
Intra UE	30 759	34 142	78,6	74,8	77,7	75,6	9,5	7,4	11,0	8,5
dos quais:										
UE -15	29 349	32 515	76,2	71,8	74,1	72,0	9,3	6,9	10,8	8,0
Espanha	13 025	14 262	32,8	32,5	32,9	31,6	7,5	2,5	9,5	3,1
Alemanha	5 302	6 166	13,2	12,3	13,4	13,7	14,3	1,9	16,3	2,2
França	3 062	3 304	8,3	7,1	7,7	7,3	8,4	0,6	7,9	0,6
Itália	2 157	2 462	5,8	5,2	5,4	5,5	11,1	0,6	14,1	0,8
Países Baixos	2 029	2 389	5,3	5,2	5,1	5,3	13,3	0,7	17,7	0,9
Reino Unido	1219	1218	3,3	3,1	3,1	2,7	2,7	0,1	-0,1	0,0
Bélgica	1108	1250	2,9	2,7	2,8	2,8	12,4	0,3	12,9	0,4
Polónia	466	568	0,6	0,9	1,2	1,3	23,9	0,3	21,8	0,3
Suécia	437	449	1,0	1,1	1,1	1,0	6,9	0,1	2,6	0,0
Alargamento	1 409	1 628	2,4	3,0	3,6	3,6	14,7	0,5	15,5	0,6
Extra UE	8 836	11 019	21,4	25,2	22,3	24,4	17,4	3,9	24,7	5,5
dos quais:										
China	1197	1368	2,2	2,7	3,0	3,0	10,8	0,3	14,3	0,4
Rússia	657	1144	1,0	1,2	1,7	2,5	87,4	1,3	74,2	1,2
Brasil	858	805	1,7	1,5	2,2	1,8	-11,4	-0,2	-6,2	-0,1
EUA	544	676	1,7	1,6	1,4	1,5	13,5	0,2	24,2	0,3
Angola	551	118	0,3	2,7	1,4	0,3	-54,6	-0,8	-78,6	-1,1
Turquia	325	463	0,6	0,7	0,8	1,0	38,0	0,3	42,4	0,3
Índia	329	409	0,5	0,8	0,8	0,9	24,3	0,2	24,4	0,2
Arábia Saudita	285	411	0,8	1,3	0,7	0,9	20,4	0,2	44,5	0,3
Azerbaijão	275	494	0,0	0,8	0,7	1,1	59,7	0,4	79,7	0,6
Argélia	269	211	0,5	1,2	0,7	0,5	-31,2	-0,2	-21,7	-0,1
Coreia do Sul	231	265	0,5	0,5	0,6	0,6	6,0	0,0	14,7	0,1
Cazaquistão	226	316	0,3	1,4	0,6	0,7	-4,1	0,0	39,9	0,2
Japão	201	222	0,6	0,4	0,5	0,5	7,1	0,0	10,2	0,1
OPEP ⁽⁴⁾	1387	1158	5,8	6,8	3,5	2,6	-15,1	-0,6	-16,5	-0,6
EFTA	272	241	1,8	0,6	0,7	0,5	-8,0	-0,1	-11,6	-0,1
PALOP	580	151	0,4	2,8	1,5	0,3	-51,4	-0,8	-73,9	-1,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2017.

[2] (set 16-ago 17)/(set 15-ago 16) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

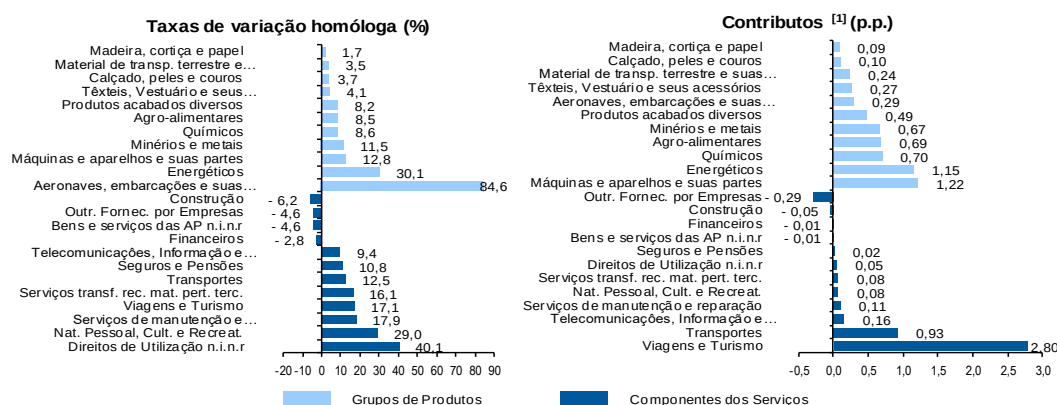
Segundo os dados divulgados da Balança de Pagamentos para o mês de agosto de 2017, nos primeiros oito meses de 2017, as exportações de bens e serviços cresceram 11,9%, em termos homólogos. A componente dos bens contribuiu positivamente (7,2 p.p.) para o crescimento das exportações totais.

Nos primeiros oito meses de 2017, a componente dos serviços representou 35,3% do total das exportações e contribuiu positivamente (4,6 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das importações, o peso desta componente foi de 18,2% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das importações totais (13,9%) em 2,3 p.p. (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de bens e de serviços no último ano a terminar em agosto de 2017, com base em dados do INE para as exportações de bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as exportações de serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das exportações de bens e serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos "Máquinas e aparelhos e suas partes" (1,22 p.p.) e dos "Energéticos" (1,15 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (2,80 p.p.) e dos Transportes (0,93 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em agosto de 2017



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (9,8%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros											
	jan-ago		Estrutura (%)				média anual 11-6	Taxas de variação e contributos			
	2016	2017	Anual		jan-ago			12 meses ^[1]		jan-ago	
			2011	2016	2016	2017		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	49 413	55 272	100,0	100,0	100,0	100,0	4,2	9,8	9,8	11,9	11,9
Bens	32 182	35 747	68,7	65,2	65,1	64,7	3,2	9,0	5,9	11,1	7,2
Serviços	17 231	19 525	31,3	34,8	34,9	35,3	6,5	11,1	3,9	13,3	4,6
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	242	282	0,5	0,5	0,5	0,5	3,7	16,1	0,1	16,5	0,1
Serv. de manutenção e reparação	282	357	0,6	0,6	0,6	0,6	2,8	17,9	0,1	26,8	0,2
Transportes	3 649	4 225	8,1	7,4	7,4	7,6	2,4	12,5	0,9	15,8	1,2
Viagens e Turismo	8 344	9 902	13,2	16,7	16,9	17,9	9,3	17,1	2,8	21,7	3,2
Construção	337	341	0,9	0,7	0,7	0,6	-2,2	-6,2	0,0	1,4	0,0
Seguros e Pensões	76	88	0,2	0,2	0,2	0,2	3,6	10,8	0,0	15,7	0,0
Financiários	226	213	0,5	0,4	0,5	0,4	1,6	-2,8	0,0	-5,8	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r.	57	108	0,1	0,1	0,1	0,2	14,2	40,1	0,1	88,0	0,1
Telecom., Informação e Informática	858	933	1,3	1,8	1,7	1,7	10,3	9,4	0,2	8,7	0,2
Outr. Forneç. por Empresas	2 946	2 811	5,2	6,0	6,0	5,1	7,4	-4,6	-0,3	-4,6	-0,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	132	176	0,4	0,3	0,3	0,3	-15	29,0	0,1	33,5	0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	83	89	0,3	0,2	0,2	0,2	-7,6	-4,6	0,0	7,6	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	46 311	52 725	100,0	100,0	100,0	100,0	1,1	11,0	11,0	13,9	13,9
Bens	37 799	43 148	83,4	81,7	81,6	81,8	0,7	11,0	9,0	14,2	11,6
Serviços	8 512	9 577	16,6	18,3	18,4	18,2	3,1	10,7	1,9	12,5	2,3
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	17	14	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,2	-9,2	0,0	-20,1	0,0
Serv. de manutenção e reparação	210	279	0,3	0,4	0,5	0,5	8,0	17,1	0,1	32,8	0,1
Transportes	1 950	2 318	4,7	4,2	4,2	4,4	-0,9	13,5	0,6	19,9	0,8
Viagens e Turismo	2 562	2 906	4,4	5,4	5,5	5,5	5,3	11,8	0,6	13,4	1,4
Construção	79	56	0,2	0,2	0,2	0,1	-0,9	-25,7	0,0	-28,9	0,0
Seguros e Pensões	234	257	0,4	0,5	0,5	0,5	5,0	8,6	0,0	10,0	0,1
Financiários	316	275	1,0	0,6	0,7	0,5	-7,2	-12,1	-0,1	-13,0	-0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r.	475	490	0,6	1,0	1,0	0,9	11,5	7,6	0,1	3,1	0,0
Telecom., Informação e Informática	722	747	1,2	1,5	1,6	1,4	5,5	5,5	0,1	3,5	0,1
Outr. Forneç. por Empresas	1 680	2 033	3,0	3,8	3,6	3,9	6,0	17,5	0,7	21,0	0,8
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	175	142	0,6	0,4	0,4	0,3	-9,6	-8,9	0,0	-19,2	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	93	60	0,1	0,2	0,2	0,1	12,7	-18,3	0,0	-35,0	-0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até agosto de 2017.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Comércio internacional de mercadorias de Portugal com o Brasil

- 2012 a 2016 e 1.º semestre de 2017

Walter Anatole Marques ¹

1. Nota introdutória

O Brasil ocupou em 2016 e 1.º semestre de 2017 a 10.ª posição entre os mercados de origem das importações portuguesas de mercadorias e o 13.º lugar entre os mercados de destino das nossas exportações. Em 2016 pesou 1,7% nas importações globais e 1,1% nas exportações, quotas que subiram respetivamente para 1,8% e 1,3% no 1.º semestre de 2017.

A par de Portugal, o Brasil foi um dos fundadores, em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que tem entre os seus objetivos, no âmbito da cooperação em todos os domínios, o desenvolvimento de parcerias estratégicas e o levantamento de obstáculos ao desenvolvimento do comércio internacional de bens e serviços entre os seus atuais nove membros.

Vai-se neste trabalho analisar a evolução das importações e exportações de mercadorias entre Portugal e o Brasil ao longo dos últimos cinco anos (2012 a 2016) e no 1.º semestre de 2017, face ao homólogo do ano anterior, com base em dados estatísticos divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), com última atualização em 9 de outubro de 2017.

2. Alguns dados sobre o comércio internacional do Brasil

De acordo com dados veiculados pelo *International Trade Centre*, medidos em euros, o saldo (fob) da Balança Comercial de mercadorias do Brasil decresceu entre 2012 e 2014, ano em que se tornou negativo, para crescer a partir de então, atingindo +43,1 mil milhões de euros em 2016, com um grau de cobertura (fob) das importações pelas exportações de 134,7%.

Balança Comercial de mercadorias do Brasil (fob)
-2012 a 2016 -
(milhões de Euros)

	2012	2013	2014	2015	2016
Importação (fob)	173 537	180 498	172 323	154 457	124 287
t.v.h.	-	4,0	-4,5	-10,4	-19,5
Exportação (fob)	188 618	182 219	169 343	172 187	167 372
t.v.h.	-	-3,4	-7,1	1,7	-2,8
Saldo (fob-fob)	15 080	1 721	-2 980	17 730	43 085
t.v.h.	-	-89	-273	-695	143
Cobertura (fob/fob)	108,7	101,0	98,3	111,5	134,7

Fonte: A partir de dados de base do "International Trade Centre" (ITC), baseados em estatísticas COMTRADE da ONU.

Os principais parceiros do Brasil, em ambas as vertentes comerciais, são os EUA e a China, respetivamente com 17,5% e 17% no total das importações em 2016 e 12,6% e 19% do lado das exportações.

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

Peso dos 25 principais mercados de origem e de destino no comércio externo do Brasil em 2016 (%)

Importação		número de ordem	Exportação	
EUA	17,5	1	China	19,0
China	17,0	2	EUA	12,6
Alemanha	6,6	3	Argentina	7,2
Argentina	6,6	4	Países Baixos	5,6
Coreia SL	4,0	5	Alemanha	2,6
Itália	2,7	6	Japão	2,5
França	2,7	7	Chile	2,2
Japão	2,6	8	México	2,1
México	2,6	9	Itália	1,8
Chile	2,1	10	Bélgica	1,7
Espanha	1,9	11	Índia	1,7
Índia	1,8	12	Coreia SL	1,6
Reino Unido	1,7	13	Reino Unido	1,5
Rússia	1,5	14	Singapura	1,5
Suíça	1,4	15	Uruguai	1,5
Canadá	1,4	16	Espanha	1,4
Países Baixos	1,3	17	Arábia Saudita	1,3
Taiwan	1,2	18	Bcanadá	1,3
Argélia	1,2	19	França	1,3
Vietname	1,2	20	Rússia	1,2
Bélgica	1,1	21	Hong-Kong	1,2
Tailândia	1,0	22	Emiratos	1,2
Bolívia	1,0	23	Colômbia	1,2
Nigéria	0,9	24	Irão	1,2
Arábia Saudita	0,9	25	Paraguai	1,2
83,7			77,7	
Por memória:			Por memória:	
Portugal	0,5	37	Portugal	0,4

Fonte: A partir de dados de base do "International Trade Centre", baseados em estatísticas COMTRADE, da ONU.

No mesmo ano, Portugal representou apenas 0,5% nas importações brasileiras e 0,4% nas exportações, tendo ocupado respetivamente a 37.^a e a 43.^a posição no respetivo *ranking*.

Por Grupos de Produtos (ver conteúdo em tabela anexa), em 2016 verificou-se uma quebra em valor nas **importações** face ao ano anterior de -19,5%, sendo o grupo dos produtos “*Agroalimentares*”, com um peso de 8% na estrutura, o único em que se registou um crescimento, +15,8%.

Entre os onze grupos considerados, aqueles em que Portugal registou as maiores quotas foram “*Aeronaves, embarcações e partes*” (4,5%), “*Agroalimentares*” (2,9%), “*Madeira, cortiça e papel*” (0,9%) e “*Têxteis e vestuário*” (0,6%).

Importações do Brasil com origem no Mundo e quota de Portugal em 2016 por grupos de produtos - Janeiro a Dezembro de 2015 e 2016 -

Grupos de Produtos	milhões de Euros			TVH	Estrutura (%)		Quota PT (%) 2016
	2015	2016	Diferença		2015	2016	
TOTAL	154 457	124 287	-30 170 ↘	-19,5	100,0	100,0	0,5
A - Agro-alimentares	8 571	9 922	1 351 ↗	15,8	5,5	8,0	2,9
B - Energéticos	22 451	13 682	-8 769 ↘	-39,1	14,5	11,0	0,1
C - Químicos	38 005	33 734	-4 271 ↘	-11,2	24,6	27,1	0,0
D - Madeira, cortiça e papel	1 469	1 155	-314 ↘	-21,4	1,0	0,9	0,9
E - Têxteis e vestuário	5 415	3 903	-1 511 ↘	-27,9	3,5	3,1	0,6
F - Calçado, peles e couros	942	676	-266 ↘	-28,3	0,6	0,5	0,2
G - Minérios e metais	11 948	8 325	-3 623 ↘	-30,3	7,7	6,7	0,2
H - Máquinas, aparelhos e partes	40 718	34 396	-6 322 ↘	-15,5	26,4	27,7	0,2
I - Material transp. terr. e partes	13 083	9 398	-3 685 ↘	-28,2	8,5	7,6	0,1
J - Aeronaves, embarc. e partes	3 475	2 329	-1 146 ↘	-33,0	2,2	1,9	4,5
K - Produtos acabados diversos	8 381	6 766	-1 614 ↘	-19,3	5,4	5,4	0,3

Fonte: A partir de dados de base do "International Trade Centre", baseados em estatísticas COMTRADE, da ONU.

Na vertente da **exportação** registou-se um decréscimo de -2,8%, tendo-se verificado aumentos em apenas três dos onze grupos de produtos considerados: “*Material de transporte terrestre e partes*” (+15,8%), “*Aeronaves, embarcações e partes*” (+33,6%) e “*Produtos acabados diversos*” (+44,3%). O principal decréscimo incidu no grupo “*Energéticos*” (-29,8%).

**Exportações do Brasil com destino ao Mundo e quota de Portugal
em 2016 por grupos de produtos
- Janeiro a Dezembro de 2015 e 2016 -**

Grupos de Produtos	milhões de Euros			TVH	Estrutura (%)		Quota PT (%) 2016
	2015	2016	Diferença		2015	2016	
TOTAL	172 187	167 372	-4 815 ↓	-2,8	100,0	100,0	0,4
A - Agro-alimentares	65 359	62 862	-2 497 ↓	-3,8	38,0	37,6	0,3
B - Energéticos	14 913	10 464	-4 449 ↓	-29,8	8,7	6,3	0,7
C - Químicos	13 618	12 948	-670 ↓	-4,9	7,9	7,7	0,5
D - Madeira, cortiça e papel	8 954	8 908	-45 ↓	-0,5	5,2	5,3	0,4
E - Têxteis e vestuário	2 140	2 003	-137 ↓	-6,4	1,2	1,2	0,9
F - Calçado, peles e couros	3 141	2 993	-148 ↓	-4,7	1,8	1,8	0,7
G - Minérios e metais	31 953	30 055	-1 899 ↓	-5,9	18,6	18,0	0,3
H - Máquinas, aparelhos e partes	13 524	13 451	-72 ↓	-0,5	7,9	8,0	0,2
I - Material transp. terr. e partes	8 788	10 174	1 386 ↑	15,8	5,1	6,1	0,0
J - Aeronaves, embarc. e partes	5 846	7 811	1 965 ↑	33,6	3,4	4,7	0,5
K - Produtos acabados diversos	3 951	5 701	1 751 ↑	44,3	2,3	3,4	0,6

Fonte: A partir de dados de base do "International Trade Centre", baseados em estatísticas COMTRADE, da ONU.

Os grupos de produtos em que Portugal registou as maiores quotas foram “Têxteis e vestuário” (0,9% das exportações brasileiras deste grupo), “Energéticos” e “Calçado, peles e couros” (0,7% cada), “Produtos acabados diversos” (0,6%), “Químicos” e “Aeronaves, embarcações e partes” (0,5% cada).

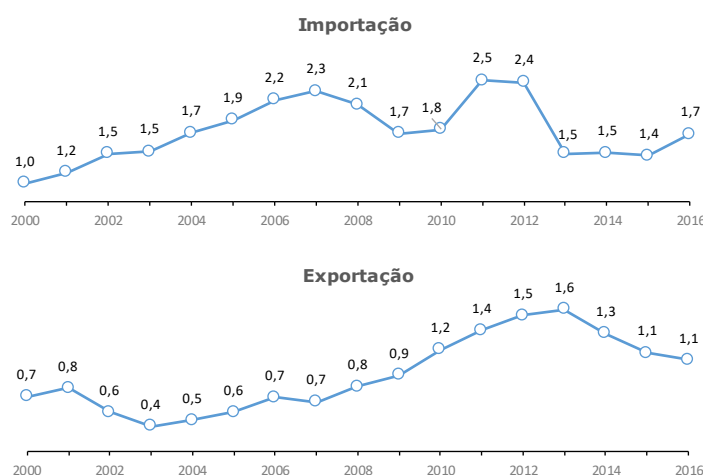
3. Comércio de Portugal com o Brasil

3.1. Evolução do peso do Brasil nas importações e nas exportações globais (2000-2016)

O peso das importações portuguesas com origem no Brasil no contexto global aumentou sustentadamente entre 2000 e 2007 (de 1% para 2,3%).

A partir de 2007 o seu comportamento foi algo irregular, decrescendo nos dois anos seguintes (1,7% em 2009) para aumentar depois até 2011, ano em que atingiu o valor máximo dos últimos 17 anos (2,5%), voltando a decrescer significativamente até 2013 (1,5%). Estabilizou então até 2015, para voltar a aumentar em 2016 (1,7%).

**Evolução do peso do Brasil no comércio internacional
português de mercadorias (%)
- 2000 a 2016 -**

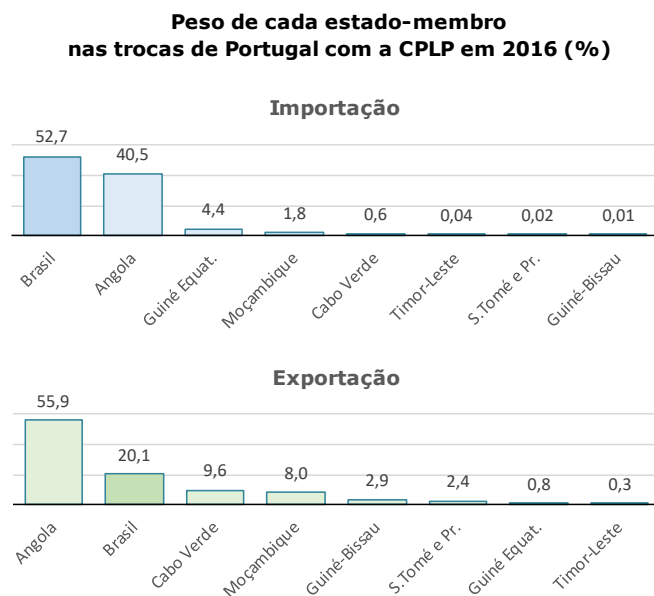


Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2015 - definitivos; 2016 - provisórios; 2017 - preliminares (<http://www.ine.pt>).

Por sua vez, o peso das exportações portuguesas para o Brasil, que em 2003 havia atingido o seu nível mais baixo (0,4%), aumentou até 2013 (1,6%), para decrescer a partir de então até 2016 (1,1%).

3.2. Posição do Brasil nas trocas de Portugal no âmbito da CPLP

Em 2016 o Brasil foi a origem de 52,7% das importações de Portugal a partir do conjunto dos seus parceiros na CPLP, seguido de Angola com 40,5%, e o destino de 20,1% das exportações, precedido de Angola com 55,9%.



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 10-04-2017 (<http://www.ine.pt>)

3.3. Balança Comercial

A Balança Comercial de Portugal com o Brasil é desfavorável a Portugal, tendo-se situado o défice em -516 milhões de euros em 2016.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE), com última actualização em 9-10-2017, no 1.º semestre de 2017 as importações decresceram -3,7% em termos homólogos, com as exportações a aumentarem acentuadamente, +59,1%, dando origem a uma descida significativa do défice, de -408 milhões de euros para -254 milhões, com um grau de cobertura (Fob/Cif) das importações pelas exportações de 58,2%.

No 1.º semestre de 2017 o contributo das importações com esta origem para a taxa de variação homóloga das importações globais portuguesas, +14,3%, foi de +0,3 pontos percentuais (p.p.).

Por sua vez, o contributo das nossas exportações no mesmo período foi de +0,1 p.p., para uma taxa de variação homóloga do total das exportações de +12,3%.

Balança Comercial de Portugal com o Brasil

- 2012 a 2016 e 1º Semestre de 2017 -

milhões de Euros e %

	2012	2013	2014	2015	2016	1º Semestre	
						2016	2017
Importação (Cif)	1 369	832	865	860	1 054	631	608
TVH	-	-39,2	4,0	-0,6	22,6	-	-3,7
Exportação (Fob)	681	739	639	569	539	223	354
TVH	-	8,5	-13,6	-10,9	-5,3	-	59,1
Saldo (Fob-Cif)	-688	-93	-226	-291	-516	-408	-254
TVH	-	-86,5	143,4	28,7	77,2	-	-37,8
Cobertura (Fob/Cif)	49,7	88,8	73,8	66,1	51,1	35,3	58,2

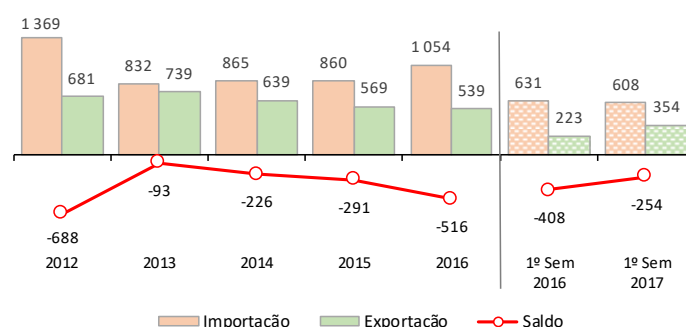
Contributo do Brasil para as t.v.h. globais (pontos percentuais):

Importação

t.v.h. (global)	-	1,13	3,54	2,22	1,49	-	14,44
Contributo (p.p.)	-	0,03	0,05	0,03	0,02	-	0,31

Exportação

t.v.h. (global)	-	4,62	1,59	3,29	0,78	-	12,33
Contributo (p.p.)	-	0,07	0,02	0,04	0,01	-	0,11



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-10-2017. (<http://www.ine.pt>)

3.4. Importações por grupos de produtos

As maiores importações portuguesas com origem no Brasil incidiram, nos últimos cinco anos e 1.º semestre de 2017, nos grupos de produtos “*Agroalimentares*”, com destaque para a fruta, café e soja, e também milho em 2016, e “*Energéticos*”, designadamente petróleo bruto.

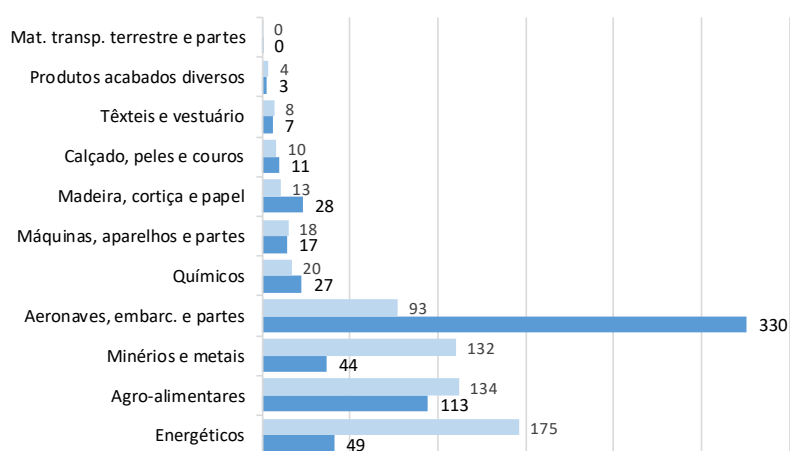
Em 2016 assistiu-se a um reforço substancial das importações do grupo “*Aeronaves, embarcações e partes*”, essencialmente aeronaves e também as suas partes, com repercussão no 1.º semestre de 2017. Neste 1.º semestre assistiu-se também a um aumento significativo do peso do grupo “*Minérios e metais*”, centrado no ferro e aço. Seguiram-se, com mais de 10 milhões de euros, os grupos “*Químicos*”, “*Máquinas, aparelhos e partes*”, “*Madeira, cortiça e papel*” e “*Calçado, peles e couros*”.

Importações de mercadorias com origem no Brasil por Grupos de Produtos

- 2012 a 2016 e 1º Semestre de 2016 e 2017 -

Grupos de produtos	milhões de Euros						
	2012	2013	2014	2015	2016	1º Semestre	
						2016	2017
TOTAL	1 369	832	865	860	1 054	631	608
A - Agro-alimentares	420	466	256	323	229	113	134
B - Energéticos	754	159	356	210	85	49	175
C - Químicos	67	42	33	49	48	27	20
D - Madeira, cortiça e papel	19	21	25	37	38	28	13
E - Têxteis e vestuário	14	14	15	18	15	7	8
F - Calçado, peles e couros	19	25	24	23	19	11	10
G - Minérios e metais	19	12	35	98	97	44	132
H - Máquinas, aparelhos e partes	34	36	35	39	38	17	18
I - Mat. transp. terrestre e partes	3	3	2	1	0	0	0
J - Aeronaves, embarc. e partes	8	38	76	54	481	330	93
K - Produtos acabados diversos	10	14	9	8	6	3	4

Importações no 1º Semestre de 2016 e 2017



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-10-2017; 2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

3.5. Exportações por grupos de produtos

As principais exportações para o Brasil no período em análise inserem-se no grupo de produtos “*Agroalimentares*”, com destaque para o azeite, peixe congelado, bacalhau e vinho.

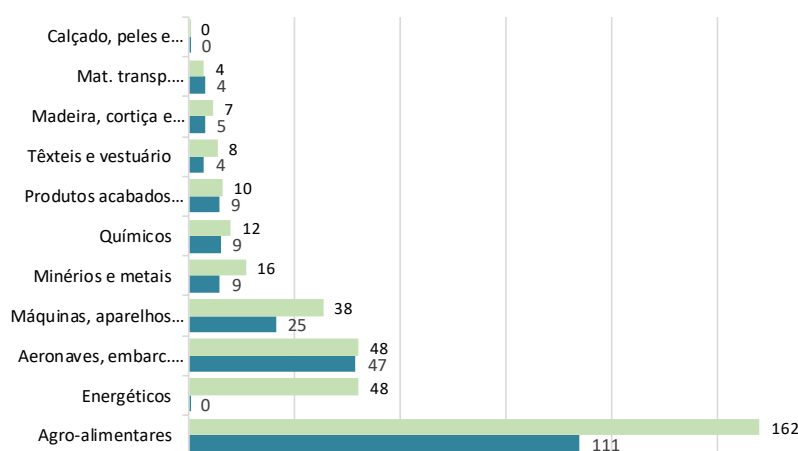
No 1.º semestre de 2017 seguiram-se, por ordem decrescente de valor, os grupos “*Energéticos*”, essencialmente constituído por produtos refinados do petróleo, “*Aeronaves, embarcações e partes*”, designadamente partes de veículos aéreos, e “*Máquinas, aparelhos e partes*”, bastante diversificados.

Exportações de mercadorias com destino ao Brasil por Grupos de Produtos

- 2012 a 2016 e 1º Semestre de 2016 e 2017 -

Grupos de produtos	milhões de Euros						
	2012	2013	2014	2015	2016	1º Semestre	
						2016	2017
TOTAL	681	739	639	569	539	223	354
A - Agro-alimentares	288	310	324	290	283	111	162
B - Energéticos	41	34	0	3	13	0	48
C - Químicos	39	38	27	17	17	9	12
D - Madeira, cortiça e papel	18	16	15	10	11	5	7
E - Têxteis e vestuário	20	20	17	13	13	4	8
F - Calçado, peles e couros	1	1	1	1	0	0	0
G - Minérios e metais	124	139	54	52	21	9	16
H - Máquinas, aparelhos e partes	115	110	104	72	49	25	38
I - Mat. transp. terrestre e partes	6	12	6	9	9	4	4
J - Aeronaves, embarc. e partes	8	29	63	82	106	47	48
K - Produtos acabados diversos	21	31	27	21	16	9	10

Exportações no 1º Semestre de 2016 e 2017



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-10-2017;
2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

Neste grupo de produtos, entre as máquinas e aparelhos mecânicos destacaram-se os moldes e caixas de fundição, aparelhos com função própria, aparelhos para tratamento de matérias que impliquem mudança de temperatura, refrigeradores, congeladores e partes de motores de pistão. Entre as máquinas e aparelhos elétricos sobressaíram as partes de aparelhos de rádio e televisão, os aparelhos fotográficos digitais e câmaras de vídeo, os aparelhos de interrupção, seccionamento e proteção, as partes de motores e geradores elétricos, os grupos eletrogéneos e conversores, os fornos elétricos industriais ou de laboratório, telefones, aparelhos de sinalização, transformadores, conversores elétricos e bobinas de reactância e autoindução, entre outros.

Ainda com mais de 10 milhões de euros seguiram-se as exportações dos grupos “*Minérios e metais*”, principalmente artefactos de joalharia com metais preciosos e ferramentas intercambiáveis para ferramentas manuais, mecânicas ou máquinas-ferramentas, de “*Químicos*”, com destaque para o plástico, borracha e suas obras, e de “*Produtos acabados diversos*”, como obras de pedra (mós e artefactos semelhantes, abrasivos naturais ou artificiais, pedras de cantaria ou construção trabalhadas), móveis, produtos cerâmicos, aparelhos de ótica e médicos, aparelhos de controlo e precisão, artigos de relojoaria, vidro e suas obras.

ANEXO

**Definição do conteúdo dos Grupos de Produtos
com base na Nomenclatura Combinada**

Grupos de Produtos		Capítulos da NC
A	Agro- alimentares	01 a 24
B	Energéticos	27
C	Químicos	28 a 40
D	Madeira, cortiça e papel	44 a 49
E	Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
F	Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
G	Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
H	Máquinas, aparelhos e partes	84, 85
I	Material de transp. terrestre e partes [1]	86, 87
J	Aeronaves, embarcações e partes [2]	88,89
K	Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99

[1] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea.

[2] Inclui estruturas flutuantes.

Investimento Direto Estrangeiro durante a crise

Rita Tavares da Silva¹

Este trabalho tem como finalidade a análise da evolução do Investimento Direto compilado de acordo com o princípio direcional, tendo por base os dados estatísticos divulgados pelo Banco de Portugal, para o período de 2008 a 2016 e primeiro semestre de 2017. Este é um indicador importante que mede a capacidade da economia para atrair capital estrangeiro, que por sua vez, pode trazer vantagens adicionais como novos mercados, tecnologias mais avançadas, novos métodos de gestão mais eficientes, criar emprego, contribuir para o crescimento e ser uma alternativa de acesso ao financiamento.

O Investimento Direto (ID) é a categoria de investimento através da qual um investidor tem o controlo ou grau de influência significativa (controlo direto, com 50% dos direitos de voto, ou indireto, entre 10% e 50% dos direitos de voto) na gestão de uma empresa doutra economia, incluindo também o investimento em imobiliário (propriedades e casas) para uso pessoal e arrendamento. Tem por objetivo estabelecer um interesse permanente e duradouro na economia portuguesa por parte de um residente noutra economia.

Em complemento às estatísticas do Investimento Direto (ID) compiladas mensalmente de acordo com a norma BPM6, que contabiliza as operações de acordo com as categorias utilizadas na Posição de Investimento Internacional, ou seja, de acordo com o princípio ativo-passivo², o Banco de Portugal continua a divulgar trimestralmente as estatísticas do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e do Investimento de Portugal no Estrangeiro (IPE). Ambas as formas de apresentação dizem respeito às mesmas transações e o saldo final é igual em ambas as estatísticas.

Na apresentação do investimento direto de acordo com o princípio direcional, os fluxos e posições de investimento direto são organizados de acordo com a direção da influência do investimento, ou seja, todos os fluxos e posições de investidores residentes são classificados em investimento de Portugal no exterior (IPE), enquanto os fluxos e posições de empresas de investimento direto residentes são classificadas em investimento do exterior em Portugal (IDE). Estes indicadores fornecem informação desagregada por sectores e países de origem.

A diferença entre o *stock* ou posição de IDE entre dois períodos de tempo é equivalente ao saldo das transações de IDE acrescido de outras variações de volume e preço. Todos os valores estão a preços de mercado, ou seja, o valor pelo qual foi efetuada a transação no caso destas, ou o preço do mercado que prevalece na data de referência para as posições.

1. Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e Investimento de Portugal no Estrangeiro (IPE)

1.2. Posição de IDE e IPE

Em junho de 2017, a posição de IDE era de cerca de 119 mil milhões de euros e a de IPE era de cerca de 56 mil milhões de euros, sendo o saldo final da posição de ID (diferença entre IPE e IDE) negativo em cerca de 63 mil milhões de euros (quadro 1), o que significa que o *stock* de ID detido por residentes no exterior em Portugal é muito superior ao *stock* de ID detido por residentes em Portugal no estrangeiro.

¹ Direção de Serviços de Acompanhamento da Economia Portuguesa, GEE, Ministério da Economia. As opiniões expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

² No princípio ativo-passivo, os dados do investimento direto são organizados de forma a diferenciar os investimentos em ativos dos investimentos em passivos. Um ativo externo de Portugal é a participação de um residente no capital de uma empresa não residente, através da qual o residente fica com direito sobre um ativo não residente, e um passivo é a participação no capital de uma empresa residente por um não residente, porque esse investimento representa um direito de um não residente sobre um ativo em Portugal.

Figura 1 – Posições de IDE e IPE

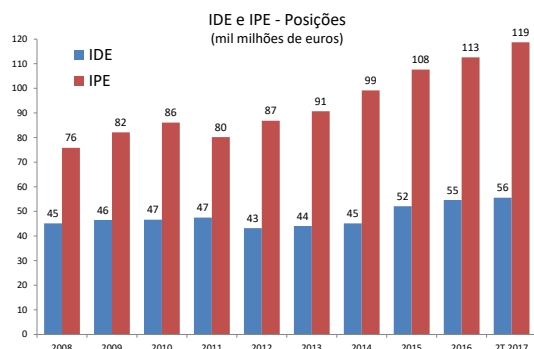
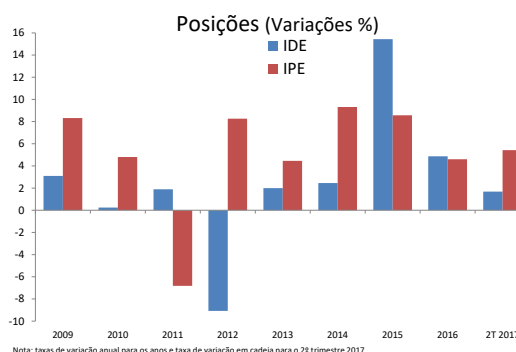


Figura 2 – Taxa variação das Posições



Quadro 1 - Posições de IDE e IPE

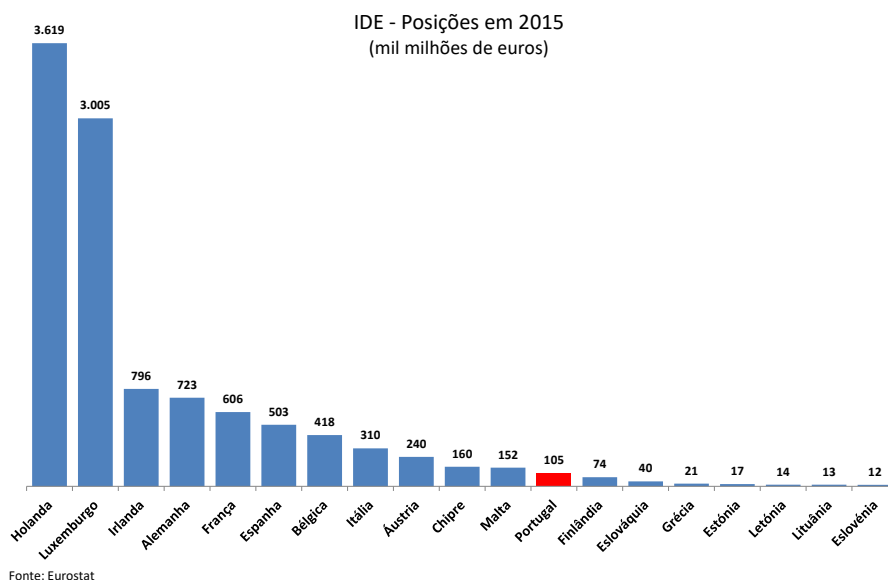
	2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		1S 2017	
	ME	var %	ME	var %	ME	var %	ME	var %	ME	var %	ME	var %	ME	var %	ME	var %	ME	var %	ME	var %
IPE	45.102		46.500	3,1	46.614	0,2	47.495	1,9	43.184	-9,1	44.044	2,0	45.125	2,5	52.088	15,4	54.621	4,9	55.540	1,7
IDE	75.814		82.118	8,3	86.060	4,8	80.192	-6,8	86.818	8,3	90.690	4,5	99.135	9,3	107.629	8,6	112.580	4,6	118.688	5,4
Saldo ID	-30.712		-35.618	-	-39.446	-	-32.697	-	-43.634	-	-46.646	-	-54.010	-	-55.542	-	-57.959	-	-63.149	-

Nota: taxas de variação anual para os anos e taxa de variação em cadeia para o 1º semestre 2017

O IDE tem vindo a aumentar em comparação com o ano anterior em todos os períodos analisados, com exceção de 2011, ano em que diminuiu cerca de 7% e que coincide com o ano do pedido de assistência financeira à Comissão Europeia, FMI e BCE. Os anos de maior crescimento foram 2014 e 2015 com taxas de 8,5% e 9,3%, respetivamente. Em 2016, a posição de IDE aumentou 4,6% face ao ano anterior, e no 1.º semestre de 2017 aumentou 5,4% face a 2016. Estas variações são resultado não só dos fluxos de IDE no período mas também refletem outras variações de volume e preço.

Comparando com os países da Zona Euro (figura 3), Portugal tem um IDE correspondente a 61% do PIB, é superior ao de Espanha, França, Alemanha e Itália.

Figura 3 – Posição de IDE por país de destino (Zona Euro)



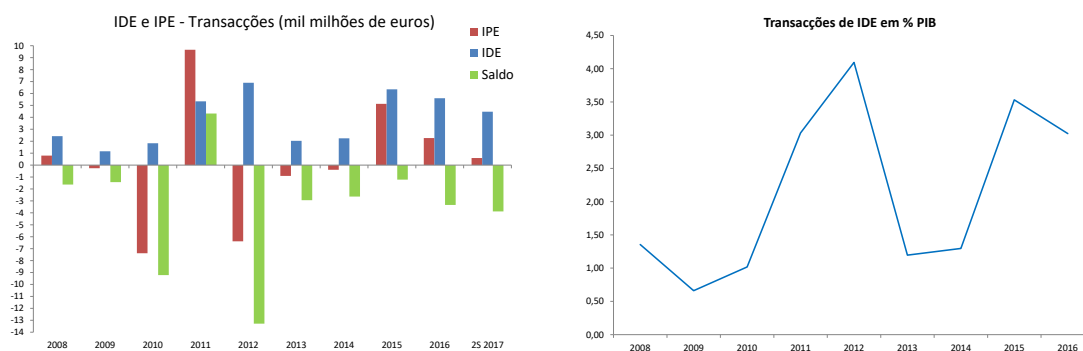
IDE em % PIB (2015)	
Luxemburgo	6.491
Malta	1.830
Chipre	899
Holanda	550
Irlanda	333
Bélgica	109
Estónia	99
Áustria	77
Letónia	64
Portugal	61
Eslováquia	52
Espanha	47
Lituânia	40
Finlândia	40
Eslovénia	31
França	29
Alemanha	26
Itália	20
Grécia	12

Fonte: Eurostat

1.3. Fluxos de IDE e IPE

Analisando os fluxos líquidos de IDE neste período, ou seja as entradas líquidas de investimento (deduzidos os desinvestimentos), sobressai o ano de 2012 com o valor mais elevado (cerca de 6,9 mil milhões de euros).

Figura 4 – Transações de IDE e IPE

Quadro 2 - Transações de IDE e IPE
(milhões de euros)

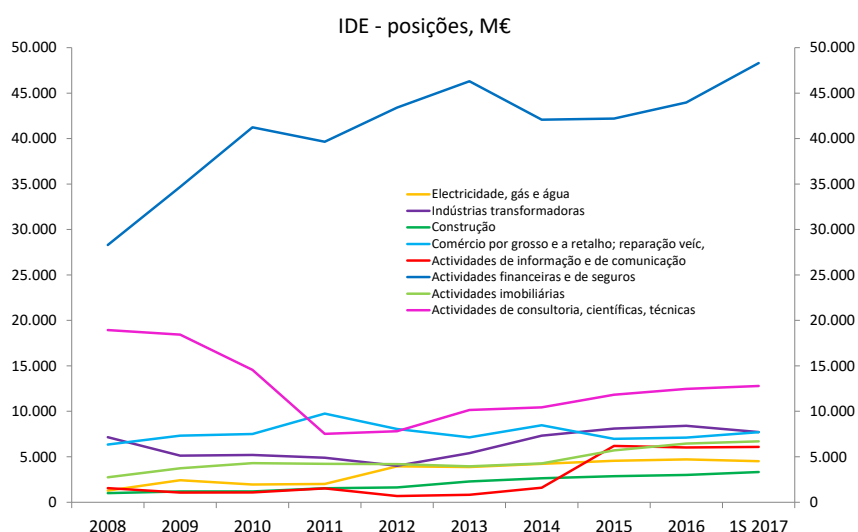
M€	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	1S 2016	1S 2017
IPE	796	-264	-7.386	9.664	-6.387	-908	-391	5.132	2.266	1.064	595
IDE	2.423	1.160	1.830	5.343	6.894	2.035	2.242	6.348	5.600	3.864	4.474
Saldo	-1.627	-1.424	-9.216	4.321	-13.281	-2.943	-2.633	-1.216	-3.335	-2.800	-3.878
IDE em % PIB	1,35	0,66	1,02	3,03	4,09	1,20	1,30	3,53	3,02	4,18	4,69

Nota: PIB a preços correntes, INE

Em 2016, foram registados 5.600 milhões de euros (menos 748 milhões de euros que no ano anterior) e no 1.º semestre de 2017, o valor de IDE é superior ao registado no mesmo período do ano anterior. Os anos que registaram as maiores entradas líquidas de investimento de IDE foram 2012 (6.894 milhões de euros) e 2015 (6.348 milhões de euros), que também foram os maiores valores em percentagem do PIB, 4,09% e 3,53%, respetivamente. O ano de 2011 foi o que registou o maior valor de fluxo de investimento de residentes em Portugal para o estrangeiro (IPE) (9,7 mil milhões de euros), muito embora o IDE tenha registado um valor significativo (5,3 mil milhões de euros). Verifica-se que a posição de IDE neste ano diminuiu, muito embora o valor de fluxos de IDE tenha sido positivo e de valor significativo, o que significa que o valor total das outras variações de volume e preço foram superiores à entrada líquida de fluxos.

2. Investimento Direto Estrangeiro por sectores

Analisando a desagregação de IDE por sectores de atividade, verifica-se que sector dos *Serviços* tem uma grande preponderância, com um peso de 76% do IDE total, apesar de ter reduzido ligeiramente o seu peso desde 2008 (quando era cerca de 80%). Dentro deste sector, o *stock* de investimento estrangeiro é maior nas *Atividades financeiras e de seguros*, representando cerca de 41% do valor do total da posição no 1.º semestre de 2017, seguindo-se as *Atividades de Consultoria, científicas e técnicas* com 11%.

Figura 5 – Evolução da Posição de IDE por sector
(milhões de euros)

Quadro 3 - Posição de IDE – desagregação por sectores

IDE Posições (milhões euros)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	1S 2017	peso 2008	peso 1S 2017	peso médio 2008/1S2017
TOTAL	75.814	82.118	86.060	80.192	86.818	90.690	99.135	107.629	112.580	118.688	100,0	100,0	100,0
Indústrias transformadoras	7.150	5.122	5.194	4.894	4.011	5.390	7.326	8.106	8.398	7.719	9,4	6,5	6,7
Electricidade, gás e água	1.280	2.415	1.946	2.011	3.948	3.874	4.227	4.551	4.707	4.511	1,7	3,8	3,6
Construção	999	1.186	1.183	1.529	1.629	2.279	2.633	2.860	2.998	3.316	1,3	2,8	2,2
Serviços	60.511	68.296	71.962	67.253	72.101	73.498	75.032	81.450	84.640	90.370	79,8	76,1	79,3
Comércio por grosso e a retalho; reparação veíc,	6.337	7.313	7.500	9.743	8.047	7.145	8.471	6.963	7.101	7.697	8,4	6,5	8,1
Actividades de informação e de comunicação	1.555	1.059	1.082	1.512	683	823	1.592	6.198	6.025	6.083	2,1	5,1	2,8
Actividades financeiras e de seguros	28.291	34.698	41.246	39.646	43.412	46.302	42.077	42.205	43.977	48.315	37,3	40,7	43,6
Actividades imobiliárias	2.740	3.738	4.298	4.217	4.187	3.947	4.261	5.700	6.444	6.695	3,6	5,6	4,9
Actividades de consultoria, científicas, técnicas	18.937	18.429	14.558	7.526	7.812	10.141	10.428	11.830	12.471	12.784	25,0	10,8	13,3
Outros	2.649	3.059	3.278	4.609	7.960	5.141	8.202	8.554	8.622	8.796	3,5	7,4	6,5
Outros Sectores	5.875	5.099	5.776	4.505	5.129	5.649	9.917	10.663	11.837	12.772	7,7	10,8	8,2

Os sectores que viram o peso relativo aumentar entre 2008 e junho de 2017 foram o da *Electricidade, gás e água* (2,1 p.p.) e o da *Construção* (1,5 p.p.). O sector dos *Serviços* reduziu o seu peso total (-3,7 p.p.), no entanto, e desagregando em subsectores, as *Actividades de informação e comunicação* registaram um aumento do seu peso em 3,1 p.p., as *Actividades financeiras e de seguros* em 3,4 p.p. e *Actividades imobiliárias* em 2 p.p..

Analisando o crescimento dos diversos sectores neste período (Quadro 4), sobressaem os sectores das *Actividades de informação e comunicação* (+291%), que passou de um stock de IDE de 1.555 milhões de euros para 6.083 milhões de euros, e da *Electricidade, gás e água* (+252%), que passou de uma posição no valor de 1.280 milhões de euros para 4.511 milhões. Analisando em termos de contributos para o crescimento neste período, o sector que mais contribuiu para o crescimento da posição de IDE foi o das *Actividades financeiras e de seguros* com 26,4 p.p., seguido das *Actividades de informação e comunicação* (6 p.p.), das *Actividades imobiliárias* (5,2 p.p.) e da *Electricidade, gás e água* (4,3 p.p.). Só o sector das *Actividades de consultoria, científicas e técnicas* registou uma redução no valor da posição de IDE entre 2008 e junho de 2017 (-33% com um contributo negativo de 8,1 p.p.).

Quadro 4 – Variação (%) da Posição de IDE – desagregação por sectores

IDE Posições - variações	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	1S 2017	variação 2008-1S2017	Contributo para variação p.p.
TOTAL	8,3	4,8	-6,8	8,3	4,5	9,3	8,6	4,6	5,4	56,6	56,6
Indústrias transformadoras	-28,4	1,4	-5,8	-18,0	34,4	35,9	10,6	3,6	-8,1	8,0	0,8
Electricidade, gás e água	88,7	-19,4	3,3	96,3	-1,9	9,1	7,6	3,4	-4,2	252,4	4,3
Construção	18,7	-0,3	29,3	6,6	39,9	15,5	8,6	4,8	10,6	232,1	3,1
Serviços	12,9	5,4	-6,5	7,2	1,9	2,1	8,6	3,9	6,8	49,3	39,4
Comércio por grosso e a retalho; reparação veíc,	15,4	2,6	29,9	-17,4	-11,2	18,6	-17,8	2,0	8,4	21,5	1,8
Actividades de informação e de comunicação	-31,9	2,1	39,8	-54,8	20,4	93,6	289,3	-2,8	1,0	291,2	6,0
Actividades financeiras e de seguros	22,6	18,9	-3,9	9,5	6,7	-9,1	0,3	4,2	9,9	70,8	26,4
Actividades imobiliárias	36,4	15,0	-1,9	-0,7	-5,7	8,0	33,8	13,1	3,9	144,3	5,2
Actividades de consultoria, científicas, técnicas	-2,7	-21,0	-48,3	3,8	29,8	2,8	13,4	5,4	2,5	-32,5	-8,1
Outros	15,5	7,2	40,6	72,7	-35,4	59,5	4,3	0,8	2,0	232,0	8,1
Outros Sectores	-13,2	13,3	-22,0	13,8	10,2	75,5	7,5	11,0	7,9	117,4	9,1

Nota: taxas de variação anual para os anos, taxa de variação em cadeia para o 1º semestre 2017 e taxa de variação total entre 2008 e junho 2017.

Em termos de transações líquidas (quadro 5), o sector das *Actividades financeiras e de seguros* é o que regista valores elevados com maior frequência, com 4.668 milhões de euros em 2011, 3.629 milhões de euros em 2012 e 3.274 milhões de euros em 2013, o que explica ser o sector com maior peso no stock de IDE. Em termos acumulados, foi o sector que registou maior volume de transações de IDE (24.585 milhões de euros). As *Actividades imobiliárias*, as *Actividades de informação e comunicação* e a *Electricidade, gás e água* também registaram valores significativos de transações de IDE acumuladas entre dezembro de 2008 e junho de 2017, com 3.289 milhões de euros, 2.784 milhões de euros e 2.739 milhões de euros, respetivamente. Em relação às *Actividades imobiliárias*, os maiores volumes de transações foram registados recentemente (nos anos 2015 e 2016), com 844 e 782 milhões de euros, respetivamente, tendo a respetiva posição crescido 33,8% e 13,1%, respetivamente, que coincide com o crescimento recente do mercado imobiliário.

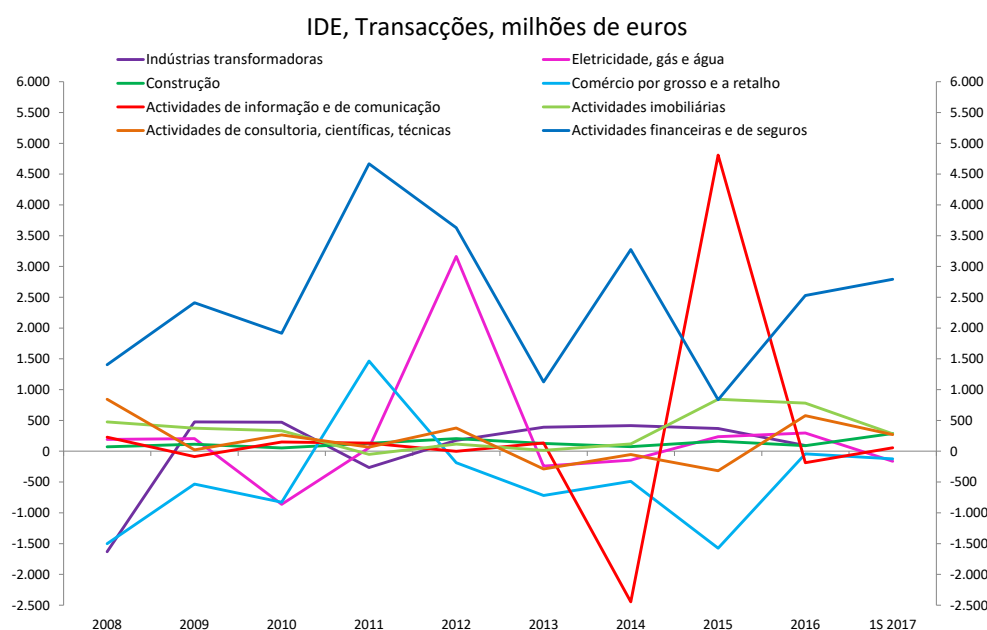
O sector do *Comércio por grosso e a retalho* foi o único a registar um valor negativo de transações líquidas de IDE (-4.540 milhões de euros).

Quadro 5 - Transações de IDE por sector de atividade

IDE - Transações (milhões euros)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	1S 2016	1S 2017	Acumulado 08-Jun.17
TOTAL	2.423	1.160	1.830	5.343	6.894	2.035	2.242	6.348	5.600	3.864	4.474	38.349
Indústrias transformadoras	192	-1.632	476	472	-264	177	390	417	368	420	94	689
Electricidade, gás e água	191	205	-861	57	3.164	-241	-144	235	295	364	-163	2.739
Construção	71	114	54	128	204	126	74	162	90	28	288	1.311
Serviços	1.317	2.064	1.877	6.743	3.487	1.459	671	4.803	3.650	2.377	3.462	29.533
Comércio por grosso e a retalho; reparação veic.	-1.501	-534	-828	1.463	-187	-720	-489	-1.575	-44	153	-125	-4.540
Actividades de informação e de comunicação	227	-89	151	130	-2	135	-2.446	4.807	-185	-47	56	2.784
Actividades financeiras e de seguros	1.405	2.411	1.915	4.668	3.629	1.126	3.274	837	2.528	1.136	2.793	24.585
Actividades imobiliárias	475	374	332	-50	116	14	119	844	782	714	283	3.289
Actividades de consultoria, científicas, técnicas	844	21	263	65	378	-290	-55	-317	579	342	270	1.759
Outros	-132	-120	44	467	-447	1.194	268	206	-9	77	185	1.656
Outros Sectores	652	410	284	-2.057	303	514	1.251	731	1.196	675	794	4.078

Para além do sector das *Atividades financeiras e de seguros*, registaram-se outros dois picos significativos nos fluxos de IDE neste período (Figura 6), nomeadamente no sector da *Electricidade, gás e água* com um valor de 3.164 milhões de euros em 2012 e no sector das *Atividades de informação e comunicação* com um valor de 4.807 de milhões de euros em 2015. Estes valores refletem, em grande parte, a venda da EDP (2,7 mil milhões de euros) e da REN - Rede Eléctrica Nacional (592 milhões de euros) em 2012 no primeiro caso, e a venda da PT - Portugal Telecom (5,6 mil milhões de euros) em 2015 no segundo caso. Face à dimensão da economia portuguesa, os negócios de grande dimensão têm um grande impacto no total das transações do ano em que ocorrem.

Figura 6 – Transações de IDE por sector

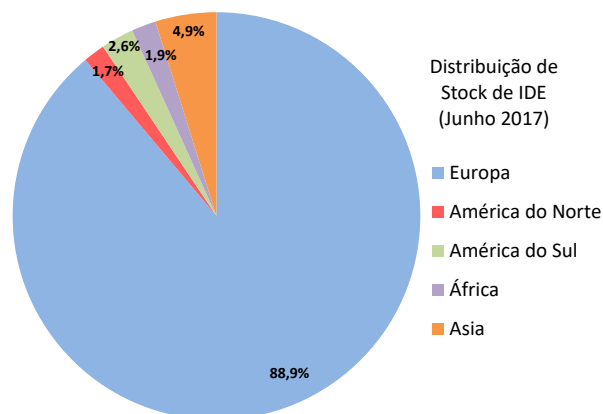


3. IDE por país de origem

A informação do IDE encontra-se também desagregada por países de origem e respetivas zonas geográficas, o que nos permite analisar quais os maiores investidores e a origem dos fluxos ao longo deste período.

Em junho de 2017, a Europa é detentora de 89% do *stock* de IDE em Portugal (figura 7), sendo os restantes 11% distribuídos pelos outros continentes.

Figura 7 – Distribuição da posição de IDE por zona geográfica de origem
(em percentagem)



A Zona Euro é o maior investidor em Portugal (quadro 6), detendo cerca de 77% do total de IDE, com um aumento de 13,9 p.p. entre dezembro de 2008 e junho de 2017. Considerando a União Europeia e a OCDE, o peso passa para 86% e 89%, respetivamente.

O conjunto dos países da CPLP detém 4% do *stock* de IDE, sendo que o Brasil detém 2,5% e Angola 1,5%. A posição dos Centros Financeiros *Off-shore* reduziu-se significativamente, para mais de metade do valor que registava em 2008, de 8% para 4%.

Quadro 6 - Posições de IDE por zona geográfica de origem

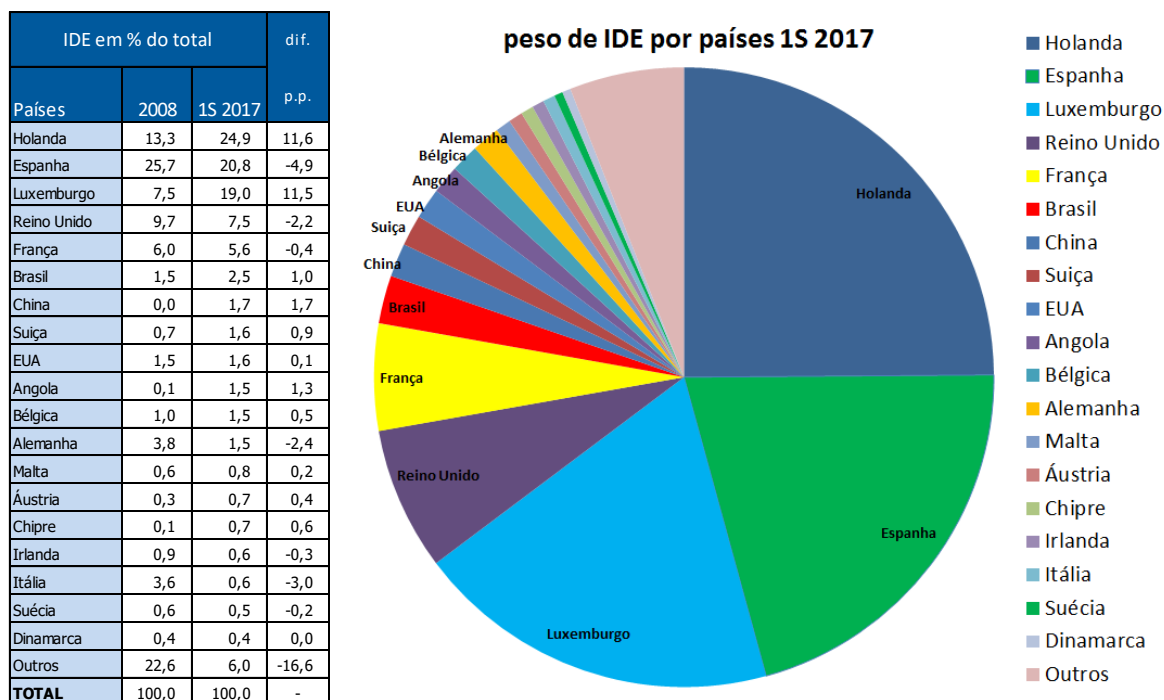
IDE	Posições									Transac.
	2008	2015	2016	1S 2017	var. 2016	var. 1S 2017	var. 2008-1S 2017	peso 2008	peso 1S 2017	Acum. 2008-jun.17
	milhões euros				%			%		milhões euros
TOTAL	75.814	107.629	112.580	118.688	4,6	5,4	56,6	100,0	100,0	38.349
União Europeia	55.818	94.596	98.443	101.492	4,1	3,1	81,8	73,6	85,5	27.563
Todos os Países excluindo União Europeia	19.997	13.033	14.137	17.196	8,5	21,6	-14,0	26,4	14,5	10.787
Zona Euro	47.663	85.099	88.437	91.114	3,9	3,0	91,2	62,9	76,8	26.269
Todos os Países excluindo Zona Euro	28.151	22.530	24.143	27.574	7,2	14,2	-2,1	37,1	23,2	12.080
OCDE	68.061	96.911	101.026	104.192	4,2	3,1	53,1	89,8	87,8	28.457
BRICS	1.150	4.093	4.960	5.401	21,2	8,9	369,8	1,5	4,6	3.409
Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa	108	1.728	1.383	1.788	-20,0	29,3	1550,9	0,1	1,5	1.235
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	1.233	4.317	4.260	4.770	-1,3	12,0	286,8	1,6	4,0	2.225
Centros Financeiros Off-shore	5.957	2.482	2.653	4.556	6,9	71,7	-23,5	7,9	3,8	2.974

Nota: taxa de variação anual para 2016, taxa de variação em cadeia para o 1ºS 2017 e taxa de variação total entre 2008 e Junho 2017.

Como se pode observar na figura 8, a Holanda é o país com maior peso em junho de 2017, com 25% do IDE, seguido de Espanha com 21% e do Luxemburgo com 19%. O Reino Unido também tem uma posição relevante com cerca de 8% do total de investimento direto em Portugal. O conjunto destes quatro países representa cerca de 72% do total da posição de IDE.

Quer a Holanda quer o Luxemburgo oferecem benefícios fiscais para empresas *holdings* e um ambiente de negócios especial para os investidores estrangeiros, o que ajuda a explicar o facto de as sedes de várias *holdings* serem residentes nestes países. Estas *holdings* são, por sua vez, acionistas de empresas residentes em Portugal. Este é, por exemplo, o caso da empresa *China Three Gorges (Europe), S.A.*, detentora de 21,35% da EDP e residente no Luxemburgo, muito embora os seus respetivos acionistas sejam residentes na China. Esta situação contribui, em grande parte, para que ambos estes países tenham posições de IDE tão significativas.

Figura 8 - Distribuição da posição de IDE por país de origem



Dos países extracomunitários, os que detêm as maiores posições são o Brasil com 2,5% (2.974 milhões de euros), China com 1,7% (2.077 milhões de euros), a Suíça com 1,6% (1.919 milhões de euros), e Angola com 1,5% (1.758 milhões de euros).

A informação do IDE desagregado por país de origem encontra-se analisada no quadro 7, estando os países ordenados por valor decrescente de posição de IDE em junho de 2017.

Quadro 7 - IDE por zona geográfica de origem – Posições e Transações

Países	Posições			Variação da Posições			contributo para variação	Transacções acum.
	M€			%			p.p.	M€
	2008	2016	1S 2017	2016	1S 2017	2008-Jun.17	2008-Jun.17	2008-Jun.17
Holanda	10.103	28.461	29.537	10,1	3,8	192,3	25,6	4.662
Espanha	19.481	25.599	24.740	5,5	-3,4	27,0	6,9	1.754
Luxemburgo	5.681	20.672	22.575	0,8	9,2	297,4	22,3	16.793
Reino Unido	7.355	8.596	8.868	1,6	3,2	20,6	2,0	372
França	4.552	5.732	6.612	9,0	15,3	45,3	2,7	3.122
Brasil	1.125	2.870	2.974	11,2	3,6	164,5	2,4	989
China	2	1.790	2.077	40,8	16,0	125.764,8	2,7	2.159
Suíça	530	1.834	1.919	10,4	4,6	261,9	1,8	1.235
EUA	1.144	1.892	1.903	3,4	0,6	66,4	1,0	420
Angola	106	1.353	1.758	-20,5	29,9	1.563,6	2,2	1.201
Bélgica	729	2.029	1.751	-9,4	-13,7	140,0	1,3	1.278
Alemanha	2.901	1.881	1.724	-16,5	-8,4	-40,6	-1,6	-2.437
Malta	441	960	955	-0,6	-0,5	116,5	0,7	455
Áustria	254	817	872	-26,4	6,7	243,1	0,8	2.538
Chipre	58	783	781	-1,9	-0,3	1.256,2	1,0	375
Irlanda	693	724	749	-14,5	3,5	8,1	0,1	-809
Itália	2.743	713	745	-24,9	4,4	-72,9	-2,6	-1.390
Dinamarca	321	494	519	9,4	5,0	61,6	0,3	492
Outros	17.595	5.379	7.628	10,2	44,5	-56,6	-13,1	36
TOTAL	75.814	112.580	118.688	4,6	5,4	56,6	56,6	5.104

Nota: taxa de variação anual para 2016, taxa de variação em cadeia para o 1ºS 2017 e taxa de variação total entre 2008 e Junho 2017.

As maiores taxas de crescimento entre dezembro de 2008 e junho de 2017 foram da China (+125.765%) e de Angola (+1.564%), pois detinham posições de origem com pouca expressão (106 milhões de euros e 2 milhões de euros, respetivamente) e passaram para *stocks* de IDE de cerca de 2077 e 1758 milhões de euros, respetivamente, em junho de 2017. No entanto, os contributos destes dois países para o crescimento total da posição de IDE tiveram menos expressão, tendo sido de 2,7 p.p. e de 2,2 p.p., respetivamente. Verifica-se que os três países com as maiores posições são também os que mais contribuíram

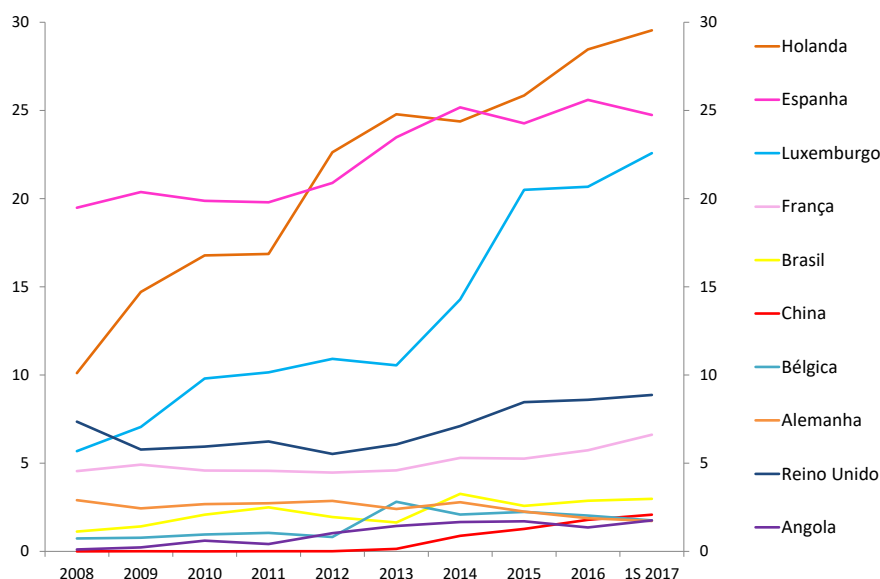
para o crescimento da posição de IDE total, nomeadamente A Holanda com 25,6 p.p., o Luxemburgo com 22,3 p.p. e a Espanha com 6,9 p.p..

Os países que reduziram a sua posição neste período, também tendo registado um total de transações acumuladas de valor negativo, foram a Itália (-73% de variação e -1390 milhões de euros de transações acumuladas) e a Alemanha (-41% de variação e -2437 milhões de euros de transações acumuladas). Estes dois países detinham a 6.^a e 7.^a posições em 2008, tendo passado para as 12.^a e 17.^a posições em junho de 2017.

Verifica-se ainda que a Holanda, que detém a maior posição de IDE entre os países e tendo passado de uma posição de cerca de 10,1 mil milhões de euros em 2008 para cerca de 29,5 mil milhões em junho de 2017 (um acréscimo de 19,4 mil de euros) e com o maior contributo para o crescimento total (25,6 p.p.), registou um total de transações acumuladas (que representam o fluxo líquido de dinheiro investido) que perfizeram cerca de 4,6 mil milhões de euros. Isto significa que o acréscimo da posição de IDE deste país foi constituído, na sua maior parte, por outras variações de volume e preço. O país com maior volume de transações foi o Luxemburgo, com 16,8 mil milhões de euros (entre os quais 2,7 mil milhões da venda da EDP), seguido da Holanda (4,6 mil milhões de euros), de Espanha (3,1 mil milhões de euros) e Áustria (2,6 mil milhões de euros).

A evolução do IDE dos 10 países com maior peso, ao longo do período dezembro de 2008 - junho de 2017, encontra-se representada na figura 9.

Figura 9 – Evolução da posição de IDE por país de origem
(mil milhões de euros)



A partir de 2013, com o início do regime para a concessão e renovação dos vistos “gold”, verificou-se o crescimento da posição da China que, até à data, era praticamente inexistente. Observa-se o crescimento com grande ênfase da posição da Holanda até 2013 e, por outro lado, o crescimento da posição do Luxemburgo mais significativo a partir de 2013. A posição de Espanha, que era o país com maior peso no IDE em 2008, também foi aumentando neste período mas com taxas menores.

4. Conclusão

Em junho de 2017, a posição de IDE era de cerca de 119 mil milhões de euros, tendo aumentado 4,6% em 2016 e 56,6% entre dezembro de 2008 e junho de 2017. Ao longo destes anos, a posição de IDE tem vindo sempre a aumentar, apenas se tendo registado uma diminuição em 2012. O valor de transações acumuladas neste período foi de 38.349 milhões de euros, sendo que no 1.º semestre deste ano se registaram 4.474 milhões de euros. Em todos os anos, o valor das transações líquidas foi positivo, o que significa que os fluxos de IDE a entrar na economia têm sido sempre superiores ao fluxos de IDE a sair.

Em termos sectoriais, o IDE encontra-se bastante concentrado no sector dos *Serviços*, que representa 76% do IDE total, e neste as *Atividades financeiras e de seguros* detém 41% do IDE total. Entre 2008 e junho de 2017, quase os sectores registaram crescimento do IDE, excetuando-se o sector das *Atividades de consultoria, científicas e técnicas* que registou uma redução de 32,5%. Os sectores onde se verificaram os maiores crescimentos foram as *Atividades de informação e comunicação* (+291%), *Eletricidade, gás e água* (+252%), *Construção* (+232%), *Atividades imobiliárias* (+144%) e *Atividades financeiras e de seguros* (+70%), que são igualmente os que registaram aumentos do seu peso no total de IDE. O sector das *Atividades financeiras e de seguros* foi o que registou maior valor de transações acumuladas no período analisado, com 24.585 milhões de euros, seguindo-se as *Atividades imobiliárias* com 3.289 milhões de euros.

Observando os dados por origem de IDE, verifica-se que o IDE é proveniente quase na sua totalidade da Europa (89% do total) e se considerarmos os países da Zona Euro este valor passa para 77%. De notar que parte do IDE é proveniente de empresas *holding* sediadas em países da Europa, tais como Luxemburgo e Holanda, mas cujos acionistas são residentes noutros países. O país com maior posição é a Holanda com 29.537 milhões de euros (24,9% do total), seguida de Espanha (20,8%), Luxemburgo (19,0%), Reino Unido (7,5%), e França (5,6%). O Brasil e Angola são praticamente os únicos países da CPLP detentores de IDE em Portugal, num total de 4%. Considerando os outros países, ou seja fora da Europa e da CPLP, o país com uma posição de relevo é a China, que passou de 0,0% de peso no IDE em 2008 para 1,7% (cerca de 2 mil milhões de euros) em junho de 2017.

Em termos de transações de IDE, o país que registou o maior volume acumulado entre 2008 e o 1.º semestre do 2017 foi o Luxemburgo (16.793 milhões de euros).

ANEXO

Países	IDE - Posições (milhões euros)									
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	1S 2017
Holanda	10.103	14.710	16.781	16.864	22.628	24.779	24.375	25.847	28.461	29.537
Espanha	19.481	20.375	19.873	19.795	20.885	23.481	25.171	24.270	25.599	24.740
Luxemburgo	5.681	7.054	9.804	10.148	10.916	10.547	14.281	20.499	20.672	22.575
Reino Unido	7.355	5.774	5.937	6.233	5.522	6.062	7.108	8.462	8.596	8.868
França	4.552	4.918	4.580	4.565	4.470	4.594	5.296	5.258	5.732	6.612
Brasil	1.125	1.418	2.079	2.498	1.948	1.636	3.262	2.581	2.870	2.974
China	2	4	3	4	9	142	879	1.271	1.790	2.077
Suiça	530	670	430	1.243	1.364	1.312	1.732	1.662	1.834	1.919
EUA	1.144	1.331	1.539	1.348	1.611	1.286	1.415	1.830	1.892	1.903
Angola	106	224	604	413	1.030	1.435	1.664	1.702	1.353	1.758
Bélgica	729	773	958	1.046	811	2.812	2.085	2.240	2.029	1.751
Alemanha	2.901	2.441	2.676	2.730	2.864	2.407	2.787	2.252	1.881	1.724
Malta	441	341	464	484	570	704	828	966	960	955
Áustria	254	410	609	576	2.946	2.591	1.617	1.111	817	872
Chipre	58	245	334	458	541	607	829	798	783	781
Irlanda	693	1.247	1.385	1.643	1.475	1.819	1.029	847	724	749
Itália	2.743	4.187	4.887	4.175	3.439	2.124	1.025	951	713	745
Suécia	477	705	726	708	564	257	228	177	472	536
Dinamarca	321	312	293	307	298	355	433	452	494	519
Outros	17.118	14.978	12.098	4.955	2.925	1.741	3.089	4.454	4.907	7.092
TOTAL	75.814	82.118	86.060	80.192	86.818	90.690	99.135	107.629	112.580	118.688

Países	IDE Posições - Variação (%)									
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	1S 2017	2008-1S2017
Holanda	45,6	14,1	0,5	34,2	9,5	-1,6	6,0	10,1	3,8	192,3
Espanha	4,6	-2,5	-0,4	5,5	12,4	7,2	-3,6	5,5	-3,4	27,0
Luxemburgo	24,2	39,0	3,5	7,6	-3,4	35,4	43,5	0,8	9,2	297,4
Reino Unido	-21,5	2,8	5,0	-11,4	9,8	17,3	19,1	1,6	3,2	20,6
França	8,0	-6,9	-0,3	-2,1	2,8	15,3	-0,7	9,0	15,3	45,3
Brasil	26,1	46,6	20,2	-22,0	-16,0	99,4	-20,9	11,2	3,6	164,5
China	127,3	-10,4	12,5	147,9	1.414,8	519,6	44,5	40,8	16,0	125.764,8
Suiça	26,5	-35,8	188,8	9,7	-3,8	32,0	-4,0	10,4	4,6	261,9
EUA	16,4	15,6	-12,4	19,5	-20,2	10,1	29,3	3,4	0,6	66,4
Angola	112,4	169,0	-31,5	149,0	39,4	16,0	2,3	-20,5	29,9	1.563,6
Bélgica	5,9	24,0	9,2	-22,5	246,7	-25,8	7,4	-9,4	-13,7	140,0
Alemanha	-15,9	9,6	2,0	4,9	-15,9	15,8	-19,2	-16,5	-8,4	-40,6
Malta	-22,7	36,1	4,3	17,7	23,5	17,6	16,6	-0,6	-0,5	116,5
Áustria	61,2	48,6	-5,5	411,9	-12,1	-37,6	-31,3	-26,4	6,7	243,1
Chipre	325,3	36,5	37,1	18,1	12,1	36,6	-3,7	-1,9	-0,3	1.256,2
Irlanda	79,9	11,1	18,6	-10,2	23,3	-43,4	-17,7	-14,5	3,5	8,1
Itália	52,6	16,7	-14,6	-17,6	-38,2	-51,7	-7,3	-24,9	4,4	-72,9
Suécia	47,8	2,9	-2,4	-20,4	-54,5	-11,0	-22,4	166,2	13,7	12,4
Dinamarca	-2,7	-6,3	4,7	-2,8	19,0	22,1	4,3	9,4	5,0	61,6
Outros	-12,5	-19,2	-59,0	-41,0	-40,5	77,4	44,2	10,2	44,5	-58,6
TOTAL	8,3	4,8	-6,8	8,3	4,5	9,3	8,6	4,6	5,4	56,6

Nota: taxas de variação anual para os anos, taxa de variação em cadeia para o 1º semestre 2017 e taxa de variação total para o período 2008-1S2017

Países	IDE - Transações (milhões de euros)											Acum. 2008 Jun.17
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	1S 2016	1S 2017	
Holanda	-36	1.619	941	3.845	1.149	347	-2.629	-1.436	736	455	126	4.662
Espanha	492	578	-983	816	1.391	102	625	-1.416	1.242	930	-1.092	1.754
Luxemburgo	341	468	1.504	-673	2.988	410	2.002	6.599	1.481	843	1.672	16.793
Reino Unido	570	-1.674	4	-259	-194	148	527	864	125	-72	261	372
França	6	660	-172	591	89	-131	247	456	507	319	869	3.122
Brasil	16	207	594	-141	-621	121	1.309	-864	254	222	115	989
China	0	-1	1	0	0	133	725	496	519	328	287	2.159
Suiça	-31	33	-8	803	66	118	33	-49	176	41	94	1.235
EUA	64	-34	-190	227	-222	22	119	385	48	16	1	420
Angola	45	116	30	-97	204	77	431	168	19	1	209	1.201
Bélgica	66	-72	-36	-103	-146	1.864	-15	188	-224	65	-245	1.278
Alemanha	-164	-692	58	290	-38	-574	-467	-326	-369	12	-155	-2.437
Malta	194	-114	177	-23	50	14	-8	153	12	5	0	455
Áustria	14	25	182	-11	2.218	76	36	-24	15	8	6	2.538
Chipre	-123	109	83	123	86	87	23	-18	4	0	0	375
Irlanda	-59	202	-225	-65	23	-233	-171	-181	-120	1	21	-809
Itália	83	-76	195	238	-205	-814	-737	-60	-52	20	38	-1.390
Suécia	278	11	-14	-110	-48	-5	54	-32	297	293	60	492
Dinamarca	62	-45	-52	-7	-19	1	43	-15	41	15	26	36
Outros	605	-159	-258	-101	123	270	93	1.461	889	362	2.180	5.104
TOTAL	2.423	1.160	1.830	5.343	6.894	2.035	2.242	6.348	5.600	3.864	4.474	38.349

IDE Transacções (milhões euros)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	1S 2017
TOTAL	75.814	82.118	86.060	80.192	86.818	90.690	99.135	107.629	112.580	118.688
União Europeia	55.818	63.485	69.374	69.732	77.869	83.230	87.495	94.596	98.443	101.492
Todos os Países excluindo União Europeia	19.997	18.633	16.686	10.460	8.949	7.460	11.640	13.033	14.137	17.196
Zona Euro	47.663	47.663	47.663	47.663	47.663	47.663	47.663	47.663	47.663	47.663
Todos os Países excluindo Zona Euro	28.151	28.151	28.151	28.151	28.151	28.151	28.151	28.151	28.151	28.151
OCDE	68.061	73.642	75.864	71.821	80.086	84.923	89.566	96.911	101.026	104.192
BRICS	1.150	1.447	2.135	2.563	2.033	1.862	4.348	4.093	4.960	5.401
Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa	108	230	623	437	1.052	1.452	1.683	1.728	1.383	1.788
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	1.233	1.648	2.702	2.935	3.001	3.089	4.955	4.317	4.260	4.770
Centros Financeiros Off-shore	5.957	5.848	6.206	3.990	2.576	896	1.555	2.482	2.653	4.556

IDE - Transacções (milhões euros)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	1S 2016	1S 2017
TOTAL	2.423	1.160	1.830	5.343	6.894	2.035	2.242	6.348	5.600	3.864	4.474
União Europeia	1.712	968	1.693	4.574	7.354	1.307	-195	4.796	3.750	2.910	1.604
Todos os Países excluindo União Europeia	710	192	137	770	-460	728	2.437	1.552	1.850	954	2.870
Zona Euro	806	2.677	1.717	5.004	7.610	1.157	-1.091	3.907	3.236	2.661	1.246
Todos os Países excluindo Zona Euro	1.616	-1.517	114	340	-716	878	3.333	2.441	2.364	1.203	3.228
OCDE	2.335	582	1.255	5.145	7.055	1.441	-85	5.043	3.971	2.961	1.716
BRICS	29	209	608	-133	-604	265	2.085	-334	832	576	452
Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa	41	119	40	-93	203	80	436	177	23	4	209
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	57	326	634	-232	-418	201	1.745	-689	277	227	325
Centros Financeiros Off-shore	-104	172	-386	221	21	57	-330	1.001	421	109	1.900

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Reunião Conselho ECOFIN 10 de outubro de 2017	Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 10 de outubro de 2017 destacam-se os seguintes temas: Financiamento da luta contra as alterações climáticas: O Conselho adotou um conjunto de conclusões relativamente ao financiamento da luta contra as alterações climáticas como contributo para as negociações da 23.ª sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, que irão decorrer em Bona, Alemanha, de 6 a 17 de novembro. Nestas conclusões, o Conselho reitera o forte compromisso da UE e dos seus EM relativamente à implementação atempada do Acordo de Paris com a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030. O Conselho reconhece que a mobilização coletiva de USD 100 mil milhões por ano até 2020 e sua manutenção até 2025 é uma contribuição importante para motivar a mudança prevista pelo Acordo de Paris. As conclusões realçam a importância dos instrumentos europeus disponíveis no apoio ao sector privado enquanto fonte de financiamento, bem como o papel relevante dos bancos multilaterais de desenvolvimento e do Fundo Verde para o Clima neste processo.
Lei do Orçamento do Estado para 2018 - Grandes Opções do Plano - Quadro Plurianual de Programação Orçamental Conselho de Ministros de 12 de outubro	Aprovou a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2018, o Relatório que o acompanha, as Grandes Opções do Plano e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental.
Transposição de Diretivas – Direito da Concorrência Conselho de Ministros de 19 de outubro	Aprovou a transposição para a ordem jurídica interna sob a forma de proposta de lei, da diretiva 2014/104/UE, que estabelece as regras relativas às ações de indemnização por infração ao Direito da Concorrência.
Execução de Regulamento Europeu – Emissão de gases com efeito de estufa Conselho de Ministros de 19 de outubro	Aprovou o decreto-lei que assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento europeu n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa, alargando o âmbito das obrigações de comunicação já existentes. É dado mais um passo para a estratégia nacional de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2020 e 2030.
Plano Nacional para a Promoção de Biorrefinarias Conselho de Ministros extraordinário de 21 de outubro	Aprovou o Plano Nacional para a Promoção de Biorrefinarias (PNPB), que contribui para reforçar a aposta de Portugal na valorização das diversas fontes de energia renováveis, nomeadamente através da utilização sustentável de diferentes tipos de biomassa endógena.
Competitividade e Capacidades Produtivas - Programa de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtivas Conselho de Ministros de 26 de outubro	Aprovou o decreto-lei que cria o Programa de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtivas, com a finalidade de promover o rápido apoio ao restabelecimento das condições de produção das empresas diretamente afetadas dos territórios afetados pelo incêndio de 15 de outubro.

Iniciativa	Sumário
Matérias-primas com interesse industrial - Linha de crédito para operadores da fileira silvo-industrial Conselho de Ministros de 26 de outubro	Aprovou o decreto-lei que cria uma linha de crédito garantida destinada aos operadores das fileiras silvo-industriais, que se disponham a armazenar madeira queimada de resinosas proveniente das regiões mais afetadas pelos incêndios florestais de 2017.
Regime da tarifa social para a prestação dos serviços de águas Conselho de Ministros de 26 de outubro	Aprovou o decreto-lei que estabelece o regime da tarifa social para a prestação dos serviços de águas, definindo os termos em que os municípios podem criar esse regime, mediante a atribuição de um desconto ou isenção sobre o preço de água fornecida ou de águas residuais recolhidas, tal como já acontece com a tarifa social de eletricidade.
Suspensão de processos de execução fiscal Conselho de Ministros de 26 de outubro	Aprovou o decreto-lei que suspende provisoriamente os processos de execução fiscal em curso, ou a instaurar, no âmbito da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social, nos concelhos afetados pelos incêndios de 15 de outubro.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Regime das instalações elétricas particulares Declaração de Retificação n.º 29/2017 - Diário da República n.º 191/2017, Série I de 2017-10-03	Retifica o Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto, da Economia, que estabelece o regime das instalações elétricas particulares, publicado no Diário da República, n.º 154, 1.ª série, de 10 de agosto de 2017.
Operação de venda do Novo Banco Resolução do Conselho de Ministros n.º 151-A/2017 - Diário da República n.º 190/2017, 1.º Suplemento, Série I de 2017-10-02	Autoriza a celebração de um acordo-quadro com o Fundo de Resolução, com vista à satisfação de eventuais compromissos decorrentes da operação de venda do Novo Banco, S.A..
Prestação social para a inclusão Decreto-Lei n.º 126-A/2017 - Diário da República n.º 193/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-10-06	Cria a prestação social para a inclusão, alarga o complemento solidário para idosos aos titulares da pensão de invalidez e promove os ajustamentos necessários noutras prestações sociais.
Regime especial de acesso antecipado à pensão de velhice em situações de muito longas carreiras contributivas Decreto-Lei n.º 126-B/2017 - Diário da República n.º 193/2017, 1.º Suplemento, Série I de 2017-10-06	Estabelece um regime especial de acesso antecipado à pensão de velhice para os beneficiários do regime geral de segurança social e do regime de proteção social convergente com muito longas carreiras contributivas.
Atividade seguradora, resseguradora e fundos de pensões Decreto-Lei n.º 127/2017 - Diário da República n.º 194/2017, Série I de 2017-10-09	Revê o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora e a constituição e o funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões.
Fundo de Coinvestimento 200M - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) Decreto-Lei n.º 126-C/2017 - Diário da República n.º 193/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-10-06	Cria o Fundo de Coinvestimento 200M.
Regime das instalações elétricas particulares Declaração de Retificação n.º 33/2017 - Diário da República n.º 194/2017, Série I de 2017-10-09	Retifica o Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto, da Economia, que estabelece o regime das instalações elétricas particulares, publicado no Diário da República, n.º 154, 1.ª série, de 10 de agosto de 2017.
Regime das instalações de gases combustíveis em edifícios Declaração de Retificação n.º 34/2017 - Diário da República n.º 194/2017, Série I de 2017-10-09	Retifica o Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, da Economia, que estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios, publicado no Diário da República, n.º 154, 1.ª série, de 10 de agosto de 2017.

Assunto/Diploma	Descrição
Contrato de Investimento Despacho n.º 9004/2017 - Diário da República n.º 197/2017, Série II de 2017-10-12	Aprova a minuta do Contrato de Investimento e respetivos anexos, a celebrar entre a AICEP, E. P. E., em representação do Estado Português, a Robert Bosch, GmbH, a Robert Bosch, S.A., e a Bosch Car Multimedia Portugal, S. A., que tem por objeto um projeto de investimento que consiste no aumento da capacidade da unidade fabril desta última sociedade, sita em Braga.
Tarifa de acesso à rede de eletricidade Despacho n.º 9081-C/2017 - Diário da República n.º 198/2017, 1.º Suplemento, Série II de 2017-10-13	Determina o desconto a aplicar nas tarifas de acesso às redes de eletricidade, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018.
Transparência no Exercício de Funções Públicas Resolução da Assembleia da República n.º 233/2017 - Diário da República n.º 200/2017, Série I de 2017-10-17	Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas.
Fiscalização do mercado do gás engarrafado Resolução da Assembleia da República n.º 238/2017 - Diário da República n.º 204/2017, Série I de 2017-10-23	Recomenda ao Governo o reforço da fiscalização do mercado do gás engarrafado, por forma a reduzir a diferença existente entre o preço de referência e o preço médio de venda ao público.
Turismo 2027 – Linha de apoio à Sustentabilidade Despacho Normativo n.º 18/2017 - Diário da República n.º 205/2017, Série II de 2017-10-24	Cria a Linha de Apoio à Sustentabilidade, que tem por objeto o apoio a iniciativas e a projetos que promovam a sustentabilidade social e ambiental no turismo, em linha com os objetivos traçados nestes domínios pela estratégia para o Turismo 2027.
Contrapartida nacional em projetos de investimento públicos Portaria n.º 322/2017 - Diário da República n.º 207/2017, Série I de 2017-10-26	Regula o acesso à dotação centralizada do Ministério das Finanças para assegurar a contrapartida nacional em projetos de investimento públicos financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), no âmbito do Portugal 2020
União Bancária – Mecanismos de supervisão financeira da EU Resolução da Assembleia da República n.º 241/2017 - Diário da República n.º 208/2017, Série I de 2017-10-27	Reforço dos mecanismos de supervisão financeira da União Europeia e conclusão da União Bancária.
Certificados do Tesouro Poupança Crescimento - Certificados do Tesouro Poupança Mais Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-D/2017 - Diário da República n.º 208/2017, 1.º Suplemento, Série I de 2017-10-27	Cria os Certificados do Tesouro Poupança Crescimento e determina a suspensão de novas subscrições dos Certificados do Tesouro Poupança Mais.
Coeficientes de desvalorização da moeda - Atualização dos Códigos do IRC e IRS Portaria n.º 326/2017 - Diário da República n.º 209/2017, Série I de 2017-10-30	Portaria que procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2017, cujo valor deva ser atualizado nos termos dos artigos 47.º do Código do IRC e 50.º do Código do IRS, para efeitos de determinação da matéria coletável dos referidos impostos.
Certificados de Aforro «Série E» Portaria n.º 329-A/2017 - Diário da República n.º 209/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-10-30	Portaria relativa a criação de uma nova série de certificados de aforro, designada «Série E».

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVL	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.